



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CRISTINA STURMER DOS SANTOS

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS
ASSENTAMENTOS MARCOS FREIRE E IRENO ALVES DOS SANTOS
NO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR**

LARANJEIRAS DO SUL

2014

CRISTINA STURMER DOS SANTOS

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE RIO
BONITO DO IGUAÇU (PR) EM DECORRÊNCIA DA INSTALAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS MARCOS FREIRE E IRENO ALVES DOS SANTOS.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Bacharel em Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Fronteira Sul.
Orientador: Prof. Msc. Luis Cláudio Krajevski

**LARANJEIRAS DO SUL
2014**

CRISTINA STURMER DOS SANTOS

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE RIO
BONITO DO IGUAÇU (PR) EM DECORRÊNCIA DA INSTALAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS MARCOS FREIRE E IRENO ALVES DOS SANTOS.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientador: Prof. Msc. Luis Cláudio Krajevski

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Luis Cláudio Krajevski,
Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof. Dr Janete Stoffel,
Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof. Ms. Manuela Perreira,
Universidade Federal da Fronteira Sul

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413 D
CEP: 89802-210
Caixa Postal 181
Bairro Jardim Itália
Chapecó - SC
Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Cristina Sturmer dos.
Impactos socioeconômicos dos assentamentos Marcos
Freire e Ireno Alves dos Santos no município de Rio
Bonito do Iguaçu – PR/Cristina Sturmer dos Santos

Trabalho de conclusão - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Curso de Ciências Econômicas.
Orientador: Luis Cláudio Krajevski

Inclui bibliografia

1. Indicadores socioeconômicos
2. Reforma agrária
3. Rio Bonito do Iguaçu.

I. Autor. II. Título.

Dedico este trabalho a todos os companheiros e companheiras que lutam pela terra e transformam o Brasil todos os dias num país mais justo e igualitário, principalmente ao militante João Borges dos Santos, meu avô.

E a minha família, mãe, pai, Dandy e Gláucia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria que minha gratidão alcança-se a cada companheiro e companheira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra a quem devo agradecer por esse momento tão especial. Essa caminhada só foi possível graças a formação e as oportunidades que me foram proporcionadas por esse conjunto de pessoas que acreditam em alternativas e em um mundo melhor, construindo propostas concretas usando suas mentes e almas. Uma dessas propostas se consolida na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitoria (COPAVI), a quem devo grande parte das oportunidades e conhecimentos que obtive até hoje.

Agradeço aos meus avós, pela sua força de vontade de acreditar em um mundo melhor e a capacidade que tiveram de transmitir isso aos meus pais. A minha família me faltam palavras, páginas e lágrimas que sejam capaz de expressar o quanto lhe sou grata pela vida que me proporcionaram e pelo exemplo de militantes que meus pais são. Agradeço a Glaucia pela paciência, carinho e apoio desses quatro anos de caminhada conjunta e apoio incondicional.

Sou grata a família de amigos e companheiros que construí nessa jornada e principalmente a Família Bertella que me acolheram e me ajudaram quando nem eu mesma conseguia. Mas acima de tudo agradeço a Carina companheira fiel nesses quatro anos de curso, sem a qual metade do que realizei até hoje não seria possível.

Ao Prof^o Luis Claudio, meu orientador, agradeço pelo apoio na construção desse trabalho e por todo o conhecimento que me proporcionou nesses anos de convivência. Sou muito grata também, ao Prof^o Pedro Ivan, companheiro de luta, e que marcou de forma muito forte minha formação acadêmica e pessoal pelas oportunidades e desafios que me proporcionou.

E por fim, tenho imensa gratidão por aqueles que lutaram para construir a Universidade Federal da Fronteira Sul e aos que lutam para mantê-la firme em sua proposta de modificar e criar uma sociedade diferente.

RESUMO

Diante do debate e das experiências existentes no Brasil e no mundo sobre reforma da estrutura agrária, existe um campo vasto de estudo de lacunas de informações existentes. O impacto dos assentamentos em suas regiões de implementação é uma dessas lacunas. No Paraná, no município de Rio Bonito do Iguçu foram realizados dois grandes assentamentos no período de 1997/1998 que juntos somam 1530 famílias assentadas, e produziram uma modificação perceptível na estrutura fundiária do município. Assim definiu-se como problema para a presente pesquisa “Qual a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do Iguçu em decorrência da instalação dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos?”. O objetivo geral do estudo se define como “Identificar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do Iguçu em decorrência da instalação dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos”. Para atingir o objetivo geral se define com objetivos específicos: (a) Abordar o processo de implementação dos assentamentos de Rio Bonito do Iguçu e (b) Analisar os indicadores sociais e econômicos do município de Rio Bonito do Iguçu no período anterior e posterior a instalação dos Projetos de Assentamento. A metodologia utilizada para avaliar os impactos consiste de um estudo de caso no município de Rio Bonito do Iguçu, analisando dados secundários referentes aos indicadores socioeconômicos. Analisando os dados sobre produção agropecuária e indicadores socioeconômicos de renda/ desigualdade/pobreza avalia-se que os assentamentos propiciaram uma modificação produtiva e geram alterações nos indicadores socioeconômicos. Conclui-se que o estudo atingiu o objetivo proposto, retratando os impactos produtivos e econômicos dos assentamentos sobre os indicadores socioeconômicos do município em estudo.

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos. Reforma agrária. Rio Bonito do Iguçu.

ABSTRACT

Before the debate and the existing experiences in Brazil and the world over reform of the agrarian structure, there is a vast field of study of gaps in existing information. The impact of the settlements in their areas of deployment is one of those gaps. In Paraná, in the municipality of Rio Bonito Falls two large settlements were made in the period of 1997/1998 that together have 1530 families settled, and produced a noticeable change in the agrarian structure of the municipality. So it was defined as a problem for the current study "What the evolution of the socioeconomic indicators of the municipality Rio Bonito do Iguaçu from the installation of settlements Marcos Freire and Ireno Alves dos Santos?". The overall objective of the study is defined as "Identify the evolution of the socioeconomic indicators of Rio Bonito do Iguaçu from the installation of settlements Marcos Freire and Ireno Alves dos Santos." To achieve the general objective is defined with specific objectives: (a) discussing the implementation process of the settlements of Rio Bonito do Iguaçu and (b) analyze the social and economic indicators of Rio Bonito do Iguaçu in the period before and after installation of settlement projects. The methodology used to assess the impacts consists of a case study in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu, analyzing secondary data on the socioeconomic indicators. Analyzing data on agricultural production and socioeconomic indicators of income/ inequality/ poverty assesses the settlements provided a productive modification and generate changes in socioeconomic indicators. It is concluded that the study met the proposed objective, portraying the productive and economic impacts of settlements on socioeconomic indicators of the municipality under study.

Keywords : Socioeconomic indicators. Agrarian reform. Rio Bonito do Iguaçu.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 1995/1996.....	44
Tabela 02 – Área colhida e valor da produção da lavoura temporária de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	45
Tabela 03 – Área colhida e valor da produção da lavoura permanente de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	46
Tabela 04 – Quantidade produzida e valor da produção de hortaliças de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	48
Tabela 05 – Quantidade produzida de leite de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	49
Tabela 06 – Quantidade de cabeças vendidas para bovinos, suínos e aves, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	49
Tabela 07 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 2006.....	51
Tabela 08 – Área colhida e valor da produção da lavoura temporária de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 2006.	53
Tabela 09 – Área colhida e valor da produção da lavoura permanente de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 2006.	55
Tabela 10 – Área colhida e valor da produção de horticultura por condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.....	56
Tabela 11 – Quantidade produzida e valor da produção de leite vaca no ano de acordo com a condição do produtor em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.....	58
Tabela 12– Número de cabeças do rebanho de bovinos, aves e suínos de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.....	58
Tabela 13 – População total/rural/ urbana e variação populacional, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1991, 2000 e 2010.	61
Tabela 14 – Renda <i>per capita</i> média e variação na renda per capita, no Brasil e em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1991, 2000 e 2010.....	62
Tabela 15 – Índice de Gini no Brasil e em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1991, 2000 e 2010...	63
Tabela 16 – Porcentagem de riqueza apropriada pelos 20% mais ricos e porcentagem dos extremamente pobres, no Brasil e em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1991, 2000 e 2010.	63
Tabela 17 – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e de Rio Bonito do Iguaçu, PR - 1991, 2000 e 2010.	64

Tabela 18 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/longevidade/renda/ educação, em Rio Bonito do Iguaçu, PR - 1991, 2000 e 2010.....	65
Tabela 19 – Valor adicionado bruto a preços correntes para agropecuária indústria e serviços em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2011.....	66
Tabela 20 – Emprego formal com admitidos, desligados e saldo em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1996 e 2010.	67

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01– Área dos estabelecimentos agropecuários, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	44
Gráfico 02 – Porcentagem da área de lavoura temporária por cultura, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	46
Gráfico 03 – Porcentagem da área de lavoura permanente por cultura, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	47
Gráfico 04 – Porcentagem da quantidade colhida de hortaliças por cultura, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	48
Gráfico 05 – Quantidade de cabeças de bovinos, suínos e aves de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.	50
Gráfico 06 – Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários de acordo com o tamanho dos estabelecimentos, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.	52
Gráfico 07 – Percentual da área colhida de lavoura temporária por produto, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.	54
Gráfico 08 – Percentual da área colhida de lavoura permanente por produto, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.	56
Gráfico 09 – Percentual de quantidade vendida da horticultura por produto, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.	57
Gráfico 10 – Quantidade de cabeças de bovinos, aves e suínos por condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.	59
Gráfico 11 – Produto Interno Bruto municipal e valor agregado da agropecuária, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1999 a 2011.	66

LISTA DE SIGLAS

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento Federal

PIB – Produto interno Bruto

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PR – Paraná

VAB – Valor agregado bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA	17
2.1	DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA	17
2.1.1	Desenvolvimento Socioeconômico	18
2.1.2	Indicadores socioeconômicos	20
2.1.3	Desenvolvimento Rural	23
2.2.	REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS	25
2.2.1	Reforma agrária	26
2.2.2	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	30
2.2.3	Impactos socioeconômicos dos assentamentos	31
3	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	35
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
4.1	ASSENTAMENTOS RURAIS DE RIO BONITO DO IGUAÇU	37
4.2	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	43
4.2.1	Censo Agropecuário de 1995/1996	43
4.2.2	Censo agropecuário 2006	50
4.2.3	Análise comparativa 1996/2006	59
4.3.	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1 INTRODUÇÃO

Partindo de uma perspectiva histórica, observa-se que a ocupação do território brasileiro fundamentou-se na exploração agrícola e de recursos naturais, visando a produção de excedentes destinados à exportação. Situação esta que pode ser verificada nos diferentes ciclos econômicos brasileiros (cana-de-açúcar, mineração, café), conforme as primeiras movimentações territoriais após o processo de colonização (MORISSAWA, 2001). Visualiza-se que a formação da estrutura fundiária do Brasil provocou um desenvolvimento na agricultura baseado no latifúndio e na monocultura de culturas para a exportação, base do modelo de desenvolvimento primário-exportador (FURTADO, 2003).

Como consequência desse processo de concentração e forma de uso da terra, podemos destacar a geração de desigualdades regionais, econômicas e sociais, e um deslocamento expressivo de populações do campo rumo a grandes centros urbanos. Inúmeras contradições e mobilizações das massas de excluídos do campo representam o resultado desse êxodo rural ocorrido ao longo do tempo. Estas consequências negativas acabam provocando a insatisfação de determinados setores da sociedade e, em especial, conduz a formação de movimentos sociais que reivindicam o direito a terra.

A luta pela terra é composta por diversos atores sociais, contextos regionais e períodos distintos na história brasileira, apresentando inclusive alguns conflitos significativos, que vão desde o episódio ocorrido no Arraial de Canudos (1893-1897), no sertão da Bahia, até a Revolta dos Posseiros (1940-1950) no Sudoeste do Paraná (MORISSAWA, 2001). As mobilizações em torno da questão agrária no Brasil estão relacionadas principalmente à luta por uma reforma na estrutura agrária do país, traduzindo-se na forma de políticas que proporcionaram a criação de diversos instrumentos institucionais e de organização social. Pela diversidade regional existente no Brasil e de acordo com a heterogeneidade dos conflitos agrários que o país enfrenta, a política de reforma agrária no Brasil permite a criação de diversas realidades reformadas. Sendo que, de acordo com Coca (2011, p.09):

No Brasil existem 20 tipos de assentamentos de Reforma Agrária, além de 07 linhas de financiamento do Crédito Fundiário. Os assentamentos rurais não são implantados somente por meio da desapropriação de terras, mas também através de outras políticas como a regularização fundiária, o reconhecimento de projetos já existentes, o reassentamento de atingidos por grandes obras de infra-estrutura e outros.

A diversidade de motivações para a criação dos assentamentos e as características regionais são as fontes motivadoras na gênese dessas novas realidades reformadas. Nesse contexto, os assentamentos rurais podem ser entendidos como “o tipo de ocupação do espaço

rural que dá espaço à construção de atividades rurais de cunho familiar (individual e coletivo)” (FILIPPI, 2005, p. 03). Até o ano de 2013, existiam 1.258.205 famílias assentadas em todo o Brasil, de acordo com o sitio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013).

Referente a este processo de reforma agrária existem diversas dúvidas e questões relacionadas a eficiência do modelo adotado no Brasil. São questões relacionadas ao financiamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a forma de organização dos assentamentos, o papel dos movimentos sociais na organização das áreas, além de outras questões referentes a dimensões mais amplas, e não apenas reduzido à concessão da terra. Um obstáculo ao estudo da questão agrária no Brasil é o problema relacionado à insuficiência de dados sobre a estrutura agrária do país e sobre a reforma agrária. David et al. (1998, p.115) coloca que “No Brasil, a questão agrária tem sido objeto de lutas sociais e políticas intensas, mas a ausência de uma base de dados confiáveis sobre o assunto limita o debate democrático”. Nesse contexto, germinam trabalhos e estudos que visam dimensionar os efeitos dos Projetos de Assentamento Federal (PA) para que seja possível ter parâmetros de avaliação do processo (LEITE, 2000).

O estudo dessas experiências pode contribuir para o entendimento e a potencialização da reforma agrária no Brasil, porém existem poucas pesquisas nesse sentido. Nos estudos que já foram realizados, são apresentados resultados que indicam que a região com uma área de assentamento “constitui-se um novo cenário com uma dinâmica social e econômica própria” (FERREIRA NETO et al., 2012, p.155). Este panorama acaba gerando processos complexos de inter-relação entre os assentados, o poder público e os demais agentes do entorno dos PA’s, de maneira que podem ocorrer modificações significativas na dinâmica regional. Assim, cria-se uma “realidade agrária ‘reformada’ nada desprezível [...], com um potencial de inserção - econômica, política e social a ser explorado mais exaustivamente” (LEITE, 2010, p.02).

As motivações que podem conduzir aos impactos dos assentamentos em seu entorno podem estar associadas ao nível de organização política e social, tornando possível outro estágio de organização econômica e produtiva proporcionado pelos assentados. Outra razão para a geração de modificações regionais seria que, a redistribuição do fator de produção (terra) tem potencial para criar “efeitos multiplicadores” na economia local ligada ao assentamento (LEITE, 2010). De forma que essa redistribuição tem potencial de gerar taxas de eficiência produtiva maiores e solucionar falhas nos mercados produtivos e de trabalho (TEÓFILO e OLINTO, 2000). Porém, essas percepções não são unânimes, sendo que existem

questionamentos e afirmações contundentes sobre a não eficiência do processo de reforma agrária no país (RIEDL et al., 1998).

Considerando as mudanças na estrutura fundiária, que conduzem a modificações na economia regional, no meio ambiente, e em aspectos sociais e políticos, e tendo em vista a necessidade de estudos que possam contribuir para a melhor implantação e visualização das potencialidades e debilidades das propostas atuais de assentamentos, propõe-se a realização de um estudo de caso sobre os impactos dos assentamentos nas suas regiões de instalação. Para isso, o estudo utilizará como parâmetro a evolução de alguns indicadores socioeconômicos, seus componentes e sua evolução no tempo, visando mensurar os impactos dos PA's.

A discussão sobre a reforma agrária é extremamente abrangente e diversa no Brasil. Diante dessas discussões sobre o tema reforma agrária, pode-se identificar algumas peculiaridades no município de Rio Bonito do Iguazu, Paraná (PR), particularmente quanto aos processos de reforma agrária. Considerando estas peculiaridades defini-se como problema de pesquisa: “Qual a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do Iguazu em decorrência da instalação dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos?”.

O objetivo geral do estudo se define como “Identificar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do Iguazu em decorrência da instalação dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos ”. Em complementação ao objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: (a) Resgatar informações sobre o processo de implementação dos assentamentos de Rio Bonito do Iguazu e (b) Analisar os indicadores sociais e econômicos do município de Rio Bonito do Iguazu no período anterior e posterior a instalação dos PA's.

Para atingir o objetivo utiliza-se uma metodologia predominantemente qualitativa, sendo uma pesquisa descritiva, através de estudo de caso e utilizando a análise documental por meio de dados secundários. Serão analisados os indicadores socioeconômicos obtidos nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e os dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006 com o intuito de observar os componentes dos indicadores e visualizar os efeitos dos PA's.

Este estudo está organizado em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise e interpretação dos dados e, por fim, as conclusões e recomendações. A primeira parte apresenta uma breve contextualização do tema, justificativa do estudo, problema da pesquisa e os objetivos (geral e específicos).

O primeiro capítulo discute a fundamentação teórica da pesquisa, contendo a relação entre Desenvolvimento e Agricultura e sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. O próximo capítulo contém a metodologia, que descreve o delineamento da pesquisa quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem, seguidos pelos métodos de coleta de dados e os procedimentos de interpretação e análise os resultados. No capítulo seguinte são descritos os dados referentes aos indicadores socioeconômicos com a finalidade de observar a evolução dos mesmos, e a relação entre os assentamentos rurais e as modificações nos indicadores do município do Rio Bonito do Iguaçu. Por fim, abordam-se as considerações finais e sugestões para estudos posteriores.

2 DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA

A fundamentação teórica da pesquisa abordou dois eixos principais: a discussão sobre Desenvolvimento e Agricultura e a relação Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. No primeiro tópico objetivou-se dar um panorama a respeito dos debates relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, com destaque para os indicadores socioeconômicos, além de delimitar uma interpretação sobre o desenvolvimento rural. Em seguida, serão relacionadas a reforma agrária e os assentamentos rurais, colocando aspectos pertinentes a reforma agrária e aos impactos socioeconômicos dos assentamentos.

2.1 DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA

O debate sobre a riqueza e o processo de acumulação das nações possui uma associação aos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Inicialmente se associava o desenvolvimento de um país a ideia quantitativa de crescimento e quantidade de riqueza que a nação em questão possuía. Essa concepção começou a se modificar a partir do século XX, fruto das discussões mais aprofundadas sobre questões ambientais, problemas sociais causados pelo processo de crescimento das economias nacionais e a ineficiência econômica do modelo adotado (CONTERATO E FILIPPI, 2009). Nesse processo de evolução da discussão sobre crescimento e desenvolvimento ocorre um aumento da complexidade a respeito do que se entende por desenvolvimento. Esta complexidade incorpora aspectos qualitativos relacionados ao bem-estar social. Assim, o parâmetro para o desenvolvimento de um país deixou de ser o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dando lugar a outros indicadores relacionados a saúde, habitação, lazer e educação (SEN, 2000).

No mesmo sentido, a complexidade do conceito de desenvolvimento está presente nas visões distintas que são colocadas sobre ele, destacando que o conceito de desenvolvimento “vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental” (SANTOS et al., 2012, p. 45). Outro fator que torna a definição do que vem a ser desenvolvimento algo holístico e de difícil delimitação, é que este conceito pode ser considerado de acordo com a sua escala (local, regional, nacional), seus enfoques (rural, urbano, sustentável) ou suas dimensões (social, econômica, cultural, ambiental) (DALLABRIDA, 2010). No próximo tópico, procura-se realizar uma discussão de aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico com

foco nos indicadores socioeconômicos e, em seguida, uma breve discussão sobre o desenvolvimento rural e sua relação com a agricultura familiar.

2.1.1 Desenvolvimento Socioeconômico

Existem inúmeras discussões sobre as teorias do desenvolvimento econômico, bem como, a respeito de quais os fatores de produção e agentes econômicos que possuem a capacidade de serem promotores desse desenvolvimento. Observando os teóricos clássicos da economia, mais precisamente Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1818-1883), não existe uma síntese sobre desenvolvimento econômico, sendo desenvolvimento sinônimo de crescimento econômico. A seguir, procura-se discutir as visões dos autores clássicos sobre a temática do desenvolvimento econômico e o processo de evolução da teoria até o conceito de desenvolvimento socioeconômico.

Iniciando a discussão pela visão de Adam Smith sobre o papel do crescimento dentro da sociedade capitalista, em sua principal obra “A Riqueza das Nações” (1776), o autor considera a capacidade dos agentes de escolher o que seria melhor para eles e essa escolha conduziria ao melhor para a sociedade no sentido de atingir assim maior crescimento econômico e bem estar (SMITH, 1996). Smith propôs a existência de um cenário de livre concorrência sem intervenção estatal, que estava muito relacionado ao contexto do mercantilismo e dos problemas que seu país atravessava quando escreveu sua obra (FEIJÓ, 2007).

A capacidade dos agentes tomarem as decisões e sua busca pelo lucro, para Smith (1996), implicaria em um acréscimo na produção, sendo que o excedente produzido seria benéfico a toda sociedade. Essa idéia do homem como promotor da condição econômica esperada socialmente está associada ao conceito de valor considerado por Adam Smith. A teoria de geração de valor, para Smith, associa-se ao valor gerado pelo trabalho humano, sendo que através do trabalho, um país produziria sua riqueza e atingiria seu bem-estar. O bem-estar humano, era compreendido por Smith, como dependente da “quantidade do ‘produto do trabalho’ anual e do ‘número dos que deveriam consumi-lo’” (HUNT, 2005, p.53). Observada de outra forma, a riqueza seria “definida como o produto anual *per capita* da nação e a ampliação desse produto depende do número de pessoas empregadas produtivamente” (FEIJÓ, 2007, p. 118).

Posteriormente, David Ricardo coloca como ponto de pressão para o crescimento da riqueza de uma economia as rendas da terra e os lucros que seriam apropriados pelos

latifundiários e distribuídos pela sociedade através da atividade econômica (HUNT, 2005). Dentro do modelo de desenvolvimento ricardiano, o crescimento ocorre em decorrência do montante de investimentos que o capitalista aplica na unidade produtiva e as relações entre a apropriação das rendas e do lucro dentro da sociedade. A teoria do valor de Ricardo, como a de Smith, considera o trabalho como gerador de riqueza para as economias. Porém, sua perspectiva considera que “o valor depende do trabalho incorporado da composição do capital e da duração dele” (FEIJÓ, 2007, p.160).

Karl Marx realiza outro tipo de análise sobre o desenvolvimento econômico, considerando como fator de determinação deste, o processo de acumulação da “mais-valia”. A mais-valia seria explicada pela relação entre o que o trabalhador produziu a mais do que precisava para pagar seu salário e será absorvido pelo capitalista que é detentor dos fatores de produção (FEIJÓ, 2007). Marx realiza uma crítica ao desenvolvimento capitalista pelas contradições antagônicas existentes dentro do sistema, que geram problemas de ordem política, econômica, social e ambiental que conduzem a crises cíclicas, as quais permitem a renovação do próprio sistema (HUNT, 2005).

A partir dos pressupostos dos autores clássicos, vários modelos são propostos, sendo que os modelos que focam na abordagem que desenvolvimento é sinônimo de crescimento se fortalecem e se consolidam na teoria neoclássica (SANTOS et al., 2012). Essa teoria, com foco no crescimento econômico sem necessariamente preocupação com mecanismos de distribuição, apresenta sérios problemas, principalmente ocasionados pela crise de 1929 (ou crise da superprodução) e a situação política e socioeconômica mundial do pós segunda guerra.

Com a crise de 1929, crise esta de superprodução que marcou a economia mundial, também denominado de período da grande depressão econômica, ficam expostos os limites da teoria e as deficiências que existiam na gestão econômica adotada até então. A contestação da teoria neoclássica se intensifica com a ascensão da alternativa proposta pela teoria keynesiana para a saída da crise, tendo como proposta central a adoção de uma política econômica de intervenção estatal anticíclica. Diferentemente do que os economistas propunham até então, John Maynard Keynes defende que medidas que afetam a demanda agregada seriam eficientes para retirar a economia mundial da crise (HUNT, 2005).

O segundo episódio que apontou limites para a teoria econômica neoclássica foi a situação mundial no pós-guerra, após 1945. Nesse período, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), novas propostas de ações políticas, econômicas e sociais convergem para a criação de uma política de bem-estar social para os países em reconstrução, formando

novas pautas para os teóricos e ações políticas diferentes das adotadas anteriormente quanto a condução da economia (HUNT, 2005). A ascensão das economias socialistas com propostas de desenvolvimento diferentes das adotadas até então indicam que existem alternativas ao modelo de desenvolvimento proposto pelos neoclássicos, e ganham visibilidade no pós-guerra.

Nesse processo de evolução da sociedade, as ideias que consideravam o desenvolvimento econômico como algo semelhante ao crescimento econômico são modificadas, pois passam a incorporar “além da preocupação com os aspectos ambientais, a ideia de alongamento do prazo do planejamento e, portanto, do horizonte de cálculo dos efeitos, sem romper com o modelo de desenvolvimento por crescimento” (SANTOS et al., 2012, p. 50). Essas modificações podem ser visualizadas na teoria econômica no modelo de crescimento, desenvolvido por Solow, que explica o desenvolvimento econômico dos países com base no nível dos fatores de produção capital, trabalho, no nível de tecnologia e aspectos relacionados ao capital humano. O modelo de Solow considera as inovações tecnológicas como fator determinante para a produtividade e a criação de condições para a modificação dos estágios de desenvolvimento dos países (SOUZA, 2005).

Dentro desse contexto, ocorre também a discussão sobre as consequências do modelo de crescimento econômico adotado, uma vez que o “interesse de Smith, Ricardo e Marx em explicar a riqueza de uma nação deu origem a teoria do crescimento, cujo conceito de desenvolvimento está relacionado com a evolução do sistema de produção, acumulação e progresso técnico, restrita ao pensamento da Economia” (SANTOS et al., 2012, p. 53). Porém, após as modificações do conceito de desenvolvimento econômico para algo mais amplo que aspectos quantitativos, se incorporam aspectos sociais ao desenvolvimento econômico de forma a configurar-se a ideia de desenvolvimento socioeconômico. Esse conceito é modulado na criação de indicadores, com base em estudos sobre o desenvolvimento dos países, os quais incorporam progressivamente relações entre as variáveis sociais e o nível de bem estar das populações (DALLABRIDA, 2010).

2.1.2 Indicadores socioeconômicos

Diante das discussões sobre o desenvolvimento socioeconômico, outro ponto a ser observado são os indicadores socioeconômicos. Um indicador “expressa algo que ele mesmo não é, ou seja, ele exprime apenas parcialmente determinado aspecto; ele é somente uma espécie de representante de um determinado aspecto de uma realidade bem mais complexa”

(SIEDENBERG, 2003, p. 53). Assim, atribui-se ao indicador a capacidade de sintetizar uma situação de determinada forma e a torna tangível e passível de análise. Na perspectiva de que os indicadores socioeconômicos seriam uma junção de indicadores econômicos com indicadores sociais, devem-se compreender os aspectos próprios inerentes a cada indicador.

Os indicadores sociais são entendidos como a operacionalização de aspectos sociais de caráter subjetivo de forma a buscar uma quantificação desses aspectos. Jannuzzi (2002, p. 57) aponta que um indicador social é “uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas)”. Com os indicadores sociais é possível monitorar como estão as condições de vida da sociedade e o bem-estar da população.

Com relação aos indicadores econômicos estes podem ser compreendidos como “dados e/ou informações ‘sinalizadoras’ ou ‘apontadoras’ do comportamento (individual ou integrado) das diferentes variáveis e fenômenos componentes de um sistema econômico de um país, região ou estado” (LOURENÇO E ROMERO, 2002, p.27). Eles podem estar relacionados com o nível de atividade, preços, setor externo, agregados monetários, ou ao setor público, e proporcionam importantes subsídios para a visualização das tendências e cenários econômicos.

A partir dessas duas definições, de indicadores sociais e de indicadores econômicos, pode-se visualizar um conjunto de indicadores que estão relacionados a mensuração do desenvolvimento socioeconômico. Porém, um indicador só é relevante “quando aquilo que está sendo mensurado realmente expressa aspectos relevantes do processo de desenvolvimento que está sendo analisado” (SIEDENBERG, 2003, p. 54). Os indicadores escolhidos para a análise devem ter capacidade de compreender e serem compatíveis com o universo do estudo em questão.

Nesse sentido, um conjunto de indicadores de renda, demografia, distribuição de recursos e qualidade de vida podem ser utilizados, por exemplo. A análise do PIB em conjunto com a do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um importante instrumento para entender a dinâmica socioeconômica do objeto de estudo (LAVINAS et al., 1997). O IDH foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas, sendo um índice formado pela síntese de três elementos: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de zero menos desenvolvida é a localidade, e quanto mais próximo de 1 mais desenvolvimento humano se observa. O quadro 01 demonstra a classificação e análise do IDH proposta pelo Atlas do Desenvolvimento Humano.

Quadro 01 – Classificação do índice de desenvolvimento humano de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano.

Classificação	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
IDH	0 - 0,499	0,500 - 0,599	0,600 - 0,699	0,700 - 0,799	0,800 - 1

Fonte: adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

A classificação proposta varia de muito baixo até um índice de desenvolvimento muito alto, tendo cinco classes de análise. Um outro indicador que pode complementar a análise do PIB é a renda *per capita* média. A renda *per capita* média se constitui da divisão da renda dos habitantes pela quantidade de população. Podendo haver influência dos *outliers* sobre a renda, ou seja, dados de uma parte pequena da população com rendas muito altas podem influenciar e camuflar as rendas muito baixas. Assim, medidas de concentração de renda como o índice de Gini e de pobreza se fazem importantes, de acordo com Siedenberg (2003), permitindo avaliar a distribuição de renda e as desigualdades da localidade em estudo.

O índice de Gini mede o grau de concentração, assim medidas mais próximas de zero demonstram menores concentrações ao ponto que índices de Gini mais próximos de um demonstram maior concentração (AMBROSIO et al., 2008). Ou seja, um valor de Gini de zero significa nenhuma concentração e um valor de Gini de um significa concentração absoluta.

Para complementar a análise da concentração da renda, pode-se investigar outros componentes que demonstram o nível de concentração e a situação de pobreza de uma população. Essas informações podem ser encontradas sintetizadas nos indicadores de porcentagem da riqueza, que é apropriada pelos 20% mais ricos de uma localidade e pela porcentagem da população que vive na categoria de extremamente pobre. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), por extremamente pobres entende-se pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, tendo como referência agosto de 2010. Ressalta-se que os indicadores tem a capacidade de sistematizar aspectos complexos existentes na realidade, de forma que existem limitações nessa capacidade representativa, sendo necessário cuidado em sua interpretação.

Dentro da perspectiva maior do desenvolvimento e sua maneira de ser mensurado, no próximo tópico são discutidos aspectos referentes as dimensões do desenvolvimento rural.

2.1.3 Desenvolvimento Rural

A agricultura, como atividade milenar desenvolvida pela humanidade, tem um papel muito importante na promoção do desenvolvimento e na criação e modificação de padrões regionais. No Brasil, a agricultura é uma das atividades principais que proporciona as bases de desenvolvimento de uma infinidade de outras atividades (CASTRO, 2003). A latente discussão sobre crescimento e desenvolvimento tomou diversos rumos nas mais variadas direções, de forma que quando aplicado ao meio rural, se delimita “Que o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola” (DORADO, 2000, p.201). Prevalecendo a ideia de que desenvolvimento no território rural não se trata apenas da expansão agrícola tendo outros fatores referentes a qualidade de vida associados. Nas discussões mais recentes sobre essa temática se verifica uma investigação de quais fatores levam ao desenvolvimento rural.

Nessas pesquisas, não foi possível identificar apenas um denominador comum que promova esse desenvolvimento. No entanto, como colocado por Kageyama (2008, p. 52), o desenvolvimento rural é “um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão política, dimensão sociocultural, dimensão político institucional e dimensão ambiental”, além da dimensão econômica. Desta forma, a promoção de desenvolvimento rural deveria estar associada a processos que proporcionem à agricultura um estágio multifuncional em relação ao meio rural, promovendo uma modificação no tipo de uso das terras, bem como, possibilite a criação de mecanismos que permitam a agregar valor aos produtos agrícolas (KAGEYAMA, 2008). Nesse contexto, o desenvolvimento rural seria uma combinação do

[...] aspecto econômico (aumento da renda e estabilidade da renda familiar) o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiente e que uma de suas atividades principais reside na diversificação das atividades que geram renda (KAGEYAMA, 2008, p.71).

Para Ploeg (2008) observando o caso europeu, delimitou que o desenvolvimento rural estaria associado a capacidade e necessidade de diversificação que os agricultores possuem das suas atividades e dos mercados em que estão inseridos. Assim, esse tipo de integração a sua região de inserção estaria intimamente ligado a qualidade de vida no meio rural e ao processo de repovoamento do campo, num contrassensos do êxodo rural.

No caso brasileiro, Schneider (2007) de acordo com Kageyama (2008), afirma existirem quatro abordagens referentes ao desenvolvimento rural. A primeira delas é associada a ênfase nas instituições, inovação e sustentabilidade; a segunda se refere ao projeto “rurbano”, o qual dá ênfase as inter-relações entre o meio rural e urbano na criação de um “novo rural”; a terceira abordagem possui foco em aspectos sociológicos dos processos de

modificação das relações sociais do meio rural brasileiro; e a quarta está relacionada ao estudo do agronegócio e das cadeias alimentares.

Dentro desse debate teórico, um agente considerado importante na promoção do desenvolvimento rural é a agricultura de base familiar. Parte-se do pressuposto que agricultura familiar está definida na Lei 11.326/06, considerando agricultores familiares aqueles que exerçam atividades no meio rural e atendam simultaneamente os dispositivos do Artigo 3º dessa Lei, a saber:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, LEI Nº 11.326, 2006).

Nessas condições cria-se uma diversidade muito grande dentro da categoria de agricultura de base familiar, com processos de reprodução e uso da terra muito diferente entre os diversos segmentos. Os assentamentos oriundos da política de reforma agrária podem ser enquadrados dentro dessa categoria, principalmente pela natureza da reforma agrária realizada no Brasil, que tem como foco a redistribuição e ampliação do uso da terra. Desta forma, existe um potencial referente a ampliação da equidade social e elevação da produtividade econômica a partir da ampliação da agricultura de base familiar (LEITE, 2000). Os assentamentos rurais criam condições para a fixação do trabalhador rural na agricultura, além de possuírem elementos fomentadores de uma vivência social e comunitária. A construção desses espaços via reforma agrária proporciona o fortalecimento e expansão do setor da agricultura familiar, o qual possui considerável potencial de geração de renda, condição esta diferenciada se comparada a situação de outros agricultores em condições semelhantes. De acordo com os dados obtidos no estudo da FAO/PNUD (1992), a renda média obtida por uma família assentada é superior a obtida pelas famílias de trabalhadores rurais, embora haja diferenças entre as regiões.

Essas características foram construídas durante o processo histórico de constituição da agricultura de base familiar, que tem elementos decisivos definidos após os processos de modernização da agricultura nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período, são estabelecidos paradigmas e políticas governamentais que induzem a uma visão de reforma agrária como sendo uma ação inútil e que não melhoraria a situação da agricultura brasileira. Neste contexto, aponta-se como solução primeira para os problemas agrários brasileiros a adoção de um pacote tecnológico e conversão tecnológica. Segundo Buainain (2003, p. 313), cria-se

uma situação em que “Para ser competitivo e sobreviver, é preciso adotar um pacote tecnológico que exige elevados investimentos, bem como possuir uma área mínima relativamente grande ou ocupar um nicho de mercado”. A “solução” proposta por esse processo de modernização da agricultura trouxe consequências muito adversas para uma grande massa de agricultores de base familiar, os quais não possuíam terras e capital, além de não terem outras formas de gerar rentabilidade nesse novo cenário proposto.

Porém, mesmo dentro desse cenário adverso, a agricultura familiar se desenvolveu e desempenha o papel importante de produzir o que se consome internamente no Brasil, se encarregando de produzir, por exemplo, a maior parte da produção de mandioca, feijão e leite consumidos no país (IBGE, 2007). De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar produz cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira, representando 84,4% dos estabelecimentos agropecuários e emprega 74,4% dos trabalhadores da agricultura brasileira, apesar de possuir apenas 24,3% da área cultivada no país (IBGE, 2007).

Com base nesses dados visualiza-se que mesmo dentro de um cenário desfavorável, a agricultura de base familiar tem potencial para gerar níveis consideráveis de aproveitamento dos fatores de produção, de emprego e de renda (VEIGA, 2000). Assim, políticas de incentivo à agricultura familiar não tem motivações apenas no combate à pobreza rural ou ações que redistribuam riqueza e renda, pois tais políticas são importantes para que a economia brasileira possa ter crescimento estável.

Após esse debate realizado sobre desenvolvimento e agricultura, destacando o desenvolvimento rural e o papel da agricultura familiar, é salutar pontuar aspectos pertinentes sobre a reforma agrária e aos assentamentos rurais.

2.2. REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS

Nesse tópico se propõe realizar uma breve discussão sobre a reforma agrária e como ocorreu seu processo de implementação no Brasil, em seguida verifica-se, pontualmente, o processo de construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e alguns impactos gerados pelos assentamentos em suas áreas de instalação.

2.2.1 Reforma agrária

A discussão sobre reforma agrária está contida no debate amplo referente a questão agrária, a qual pode ser entendida como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras” (STEDILE E LOCONTE, 1997, p.02). No campo teórico, vários são os autores que discutem a questão agrária, considerando as mais diversas óticas de estudo e de acordo com determinados métodos e categorias de análise. Fernandes (2008) identifica dois paradigmas principais que orientam esses estudos: o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário.

O primeiro paradigma aborda a questão agrária como um problema inerente do sistema capitalista, que por si só gera concentração de terra e relações de poder entre grandes proprietários e camponeses de maneira a expandir suas relações de produção. Nessa visão, se analisam os conflitos, as desigualdades e as contradições no debate sobre o campo, como expoentes. Para esta análise, de acordo com Fernandes (2008), encontram-se autores como Kautsky (1986); Chayanov (1974); Shanin (1983); Oliveira (1991); Fernandes (1999), entre outros. O segundo paradigma analisa o campo, tendo o capital como totalidade, de maneira que o campesinato seria totalmente integrado pelo mercado capitalista. Assim, não focam os conflitos e as resistências.

Dentro do debate sobre a questão agrária, se questiona o papel da reforma agrária no processo de desenvolvimento ou de superação do sistema capitalista. Pode-se definir a reforma agrária como sendo um “termo utilizado para descrever distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem apenas em pequena quantidade” (SPAROVEK, 2003, p. 05). Entretanto, o “conceito de reforma agrária pode ser elaborado levando-se em consideração alguns elementos ou não, dependendo da posição política do seu formulador” (COCA, 2011, p.24).

Analisando as experiências de reforma agrária no decorrer da história, visualiza-se que não existe um único modelo ou processo. As ações de reforma agrária são bastante complexas e dependem diretamente de circunstâncias específicas de natureza política, econômica, cultural, social, religiosa e da disponibilidade de recursos naturais característicos, conforme

cada situação apresentada (ABRA, 1976). Dessa forma, as experiências de reforma agrária podem ser agrupadas de diversas formas.

Para Sparovek (2003) as experiências de reforma agrária podem ser divididas em quatro tipos: reformas agrárias revolucionárias, inconclusas e/ou abortadas, impostas e convencionais. A saber, as reformas agrárias revolucionárias são decorrentes de processos de mobilização social que geraram transformações em questões fundiárias e em outros diversos setores das economias. De acordo com Sparovek (2003, p. 08) “são exemplos, as reformas agrárias russa, chinesa, cubana, vietnamita e de alguns países da Europa oriental”. As reformas agrárias inconclusas e/ou abortadas podem ser definidas como processos de reestruturação fundiária que começaram a ser realizados, porém foram interrompidos ou desmobilizados, não chegando à consolidação, como exemplos podemos citar as reformas agrárias ocorridas em países como a Bolívia e o Egito (SPAROVEK, 2003). O terceiro tipo de reforma agrária são as denominadas de impostas, que são reformas rápidas geradoras de modificações intensas na estrutura da posse e trabalho da terra. Reformas desse tipo são as “impostas pelos americanos, ocorridas no leste asiático após o final da Segunda Guerra Mundial, no Japão, na Coreia do Sul e em Formosa” (SPAROVEK, 2003, p.09). E, por fim, as reformas agrárias do tipo convencionais que ocorrem por acordos, leis e marcos legais, sem a necessidade de rupturas, tendo sido adotadas em vários países da América Latina, inclusive no Brasil (SPAROVEK, 2003).

Seguindo a discussão sobre a reforma agrária, Abramovay (1992) coloca o processo de reforma agrária como um dos fatores essenciais para o desenvolvimento do capitalismo nos países industrializados. Para Abramovay (1992), as políticas públicas para a agricultura tiveram um papel decisivo para que a reforma agrária ocorresse de forma efetiva e tivesse sucesso nos países de capitalismo avançado. No Brasil, de acordo com Stedile e Loconte (1997), a realização da reforma agrária não foi um fator decisivo para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ou seja, o capitalismo se desenvolve mesmo sem a modificação da estrutura fundiária do país. Esse processo ocorreu por vários fatores históricos, políticos, econômicos, ambientais e culturais e que se iniciaram desde o processo de exploração do Brasil, criando condições para que o desenvolvimento do capitalismo no país fosse diferente e não necessitasse de redistribuição da estrutura agrária.

Uma consideração importante que se deve fazer sobre a estrutura fundiária brasileira é de que “a extrema concentração da terra e a exclusão de milhões de brasileiros não é consequência de uma suposta diferenciação social gerada pelo mercado, mas foi produzida ao longo de cinco séculos de história pelas mais variadas políticas agrícolas” (GUANZIROLI,

2000, p. 280). Assim, mesmo quando a reforma agrária foi colocada em destaque na pauta das políticas do governo, já existiam obstáculos sólidos a sua realização, como ocorreu com o Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra foi criado em 1964 pela Lei 4504, e se define no art.1º, § 11º, como: “Um conjunto de medidas que visem a promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso. A fim de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade” (BRASIL. LEI, N. 4.504, 1964). Mesmo com o estabelecimento dessa lei e a criação de institutos para tratar de assuntos referentes a reforma agrária no país, não se iniciou um processo verdadeiro e expressivo de redistribuição fundiária (SPAROVEK, 2003).

De 1964 em diante ocorreram discussões e mobilizações do governo e da sociedade em torno da reforma agrária, seja para a manutenção, implementação efetiva, modificação ou extinção dessa política nacional. Visualizam-se esses movimentos nos diversos institutos, ministérios e divisões criados até a consolidação do INCRA em 1970, sendo este órgão uma “uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União” (INCRA, 2013).

A metodologia proposta para realização da reforma agrária no país constituía-se da compra de terras ou de processos de desapropriação de áreas improdutivas e/ou que não cumpriam a função social da terra, estabelecida pela Constituição de 1988. Posteriormente, estas terras desapropriadas seriam destinadas a assentamentos rurais, propiciando a origem de vinte tipos de assentamentos rurais visualizados na reforma agrária brasileira (COCA, 2011). Entretanto, analisando o número de famílias e ações do governo nesse sentido desde o marco legal, percebe-se uma distorção entre o objetivo geral e as ações que ocorreram (SPAROVEK, 2003).

A Associação Brasileira de Reforma Agrária realizou um balanço referente aos trinta anos de existência do Estatuto da Terra (1964-1994), buscando refletir sobre a estrutura criada pelo poder público e a mobilização, contrária e favorável, para a realização da reforma agrária brasileira. O estudo observou que o número de famílias assentadas foi de 350.836, em 1.626 assentamentos, valor muito pequeno se considerado a demanda e as mobilizações sociais que ocorreram no período (GUEDES PINTO, 1995). Analisando esse período, verifica-se que de 1995 a 1999 o quadro de efetivação dos assentamentos das famílias não se alterou, no qual o total de famílias assentadas no país evoluiu para 372.866 famílias assentadas (INCRA, 1999 apud SPAROVEK, 2003). Havendo um total de famílias assentadas até o ano de 2012, na ordem de 1.258.205 em todo o Brasil, conforme o INCRA (2013), demonstrando que existe

um processo de assentamento de famílias, porém o mesmo é lento e ineficiente. Outro ponto importante sobre o assentamento de famílias é que esses investimentos não alteram a enorme desigualdade na distribuição de terras no Brasil, de forma que “Os dados não deixam dúvida de que a enorme desigualdade fundiária, uma das marcas da evolução histórica da economia brasileira, presente desde o surgimento da economia colonial, cuja base era o latifúndio monocultor e o trabalho escravo, permanece até hoje” (HOFFMANN E NEY, 2010, p.7). Argumento utilizado pelos autores para essa afirmação, parte da comparação entre os dados do Censo Agropecuário de 2006 com os de 1996 que mostra uma estabilidade da desigualdade fundiária medida pelo índice de Gini em cerca de 0,856 (HOFFMANN E NEY, 2010). O índice de Gini verificado demonstra que existe uma concentração fundiária muito grande que provoca a desigualdade na distribuição e acesso as terras. Conceituando, consoante Hoffmann e Ney (2010, p.16) “Uma desigualdade fundiária elevada é caracterizada pelo fato de haver uma grande *proporção* da área total ocupada por uma pequena *proporção* dos estabelecimentos”.

Coca (2011) aponta que os assentamentos realizados a partir do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem sido maiores, porém apresentam poucas características reformadoras. O autor argumenta que os assentamentos são instalados longe das regiões que apresentam maior conflito por terras, acarretando que “o Índice de Gini e a estrutura fundiária permaneçam quase que inalterados. Assim, chega-se a conclusão de que a política de assentamentos rurais em voga no Brasil é pouco reformadora” (COCA, 2011, p.114)

Como podemos visualizar nesse breve resgate, a reforma agrária no Brasil foi prometida em vários momentos e contextos políticos. No início do governo do presidente Lula se criou uma grande expectativa em relação a um processo realmente efetivo de reestruturação fundiária do país. Contudo, durante os dois mandatos do governo Lula, foram totalizadas 614.093 famílias assentadas e criados 3.551 assentamentos (ESQUERDO, 2011). Paralela a esta expectativa criada para este período, percebe-se que outras questões são consideradas prioritárias para o país, deixando a reforma agrária como uma demanda secundária. Como destacado por Esquerdo (2011, p.21) “Ao final de oito anos de governo o que se viu foi a realização de uma política de assentamentos rurais e ‘políticas compensatórias’ deixando a reforma agrária num segundo plano”. O conjunto de ações do governo federal no processo de fortalecimento da agricultura familiar, seja no crédito, seja na comercialização, não podem ser desconsiderados. Porém, realizando uma comparação com as políticas adotadas para com outros setores da agricultura, observa-se que o montante de

recursos e as ações do governo voltadas para a reforma agrária diminuíram consideravelmente (ESQUERDO, 2011).

Esse processo dinâmico da reforma agrária que ocorre no Brasil tem íntima ligação com os movimentos sociais que lutam pela terra no país. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos atores centrais nesse processo de mobilização de populações em torno da reforma agrária e tem alguns aspectos de sua formação e ações descritas no próximo tópico.

2.2.2 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Acompanhando as mobilizações sociais por redemocratização do país e em resposta aos conflitos agrários e da mobilização dos mais diversos atores sociais, em 1984 se consolida o MST, movimento este unificado em torno da luta pela terra. Tendo o MST, para Lima e Lauffer (2008, p. 06) “como principal foco social à organização de trabalhadores na luta pela reforma agrária, embora não seja o único [movimento social a fazer]”. O MST adota métodos de denúncia, de pressão política e social para dar visibilidade às reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra, além de lutar para que a política de reforma agrária seja implementada. O MST também organiza e lidera ações que visam tornar viáveis outras propostas de organização econômica, social, política e ambiental para a sociedade em geral. Juntamente com o MST, a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) se organizou e se fortaleceu nesse período (MORISSAWA, 2001).

Outro aspecto que deve estar presente na análise da reforma agrária no Brasil é a violência presente nos conflitos por terra nos diversos períodos históricos. Existem inúmeros exemplos destes e visualiza-se, após a consolidação dos movimentos sociais do campo, um processo de criminalização e punição dos trabalhadores rurais (STEDILE E LOCONTE, 1997).

Dentro de todo o contexto nacional descrito, a região Sul do Brasil teve intensas mobilizações e conflitos em torno da luta pela terra, ocorrendo um processo de resolução de grande parte desses conflitos na forma de confronto direto, muitas vezes armado. Estes conflitos já foram identificados desde as movimentações indígenas nas primeiras ocupações dos colonizadores e se estendeu pelas revoltas de colonos dos mais variados tipos e pelas mais variadas motivações (LIMA e LAUFFER, 2008). Aspectos referentes à questão agrária e as tentativas de resolução desta, além do cenário político do período de 1970 e 1980, propiciaram o surgimento de organizações mais coesas que preparadas que reivindicavam a

distribuição de terras. Riedl et al. (1998) destaca três fatores determinantes para esse processo de organização, a saber

Primeiramente, o processo de liberalização política do final dos anos 70 e a formação gradual das condições que permitiram a transição política brasileira, ampliando o grau de liberdade para exercer atividades de proselitismo em formadas pela contestação social. Em segundo lugar, a intensa modernização capitalista em áreas rurais do centro e sul do país (afetando, sobremaneira, Estados como o Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo) e seus profundos impactos, de variadas ordens, e, finalmente a ação decisiva dos chamados “setores progressistas” da igreja católica (especificamente no caso gaúcho, também como resultado das iniciativas de mediadores ligados a Igreja Luterana) (RIEDL et al. 1998, p.224).

Dentro dessas condições, as primeiras lutas dos movimentos sociais unificados ocorreram no Sul do Brasil, inicialmente de forma isolada com ocupações de terra no início da década de 1980. Os dados do 1º Censo da reforma agrária de 1996 demonstram que as famílias assentadas na região sul, mesmo sendo uma pequena parcela do universo de assentados do Brasil, “sem dúvida experimentaram uma significativa melhoria na sua qualidade de vida, tornando-se cidadãos participantes e conscientes, e interagindo com o mercado” (RIEDL et al., 1998, p.234). É natural que parte desse resultado seja fruto das ações dos movimentos sociais. Atualmente, de acordo com os dados do INCRA (2013), há 55.541 famílias assentadas na região Sul.

O Estado do Paraná se insere e compartilha das peculiaridades da região Sul, desempenhando um importante papel na criação da organização dos trabalhadores rurais e consolidação do MST. Fator que influenciou muito a natureza e a condução dos assentamentos realizados no Estado, que de acordo com o INCRA (2013), possui 31.501 famílias assentadas.

Esse processo de mobilização realizado pelos agentes sociais cria impactos nas regiões de instalação dos assentamentos, e esses impactos podem explicar a evolução dos indicadores socioeconômicos de determinada localidade. Com o objetivo de visualizar esses possíveis impactos a seguir se propõem realizar uma prevê revisão de alguns autores que estudam esse tema.

2.2.3 Impactos socioeconômicos dos assentamentos

Os projetos de assentamentos rurais possuem, de acordo com Leite (2000), uma grande diversidade de situações que conduzem a sua implementação, tais como: regularização de posseiros, resolução de conflitos de grilagem, ocupação de organizações de trabalhadores

(como é o caso do MST), resistência de populações nativas, estruturas falidas ou abandonadas, entre outras geradas pelos mais diversos métodos utilizados.

O processo de criação e consolidação de um assentamento tem papel determinante na forma de agricultura que será desenvolvida nessa área. Pires (2002) narra o processo de criação de um assentamento como ocorrendo, em sua grande maioria, por pressão dos movimentos sociais via ocupação e/ou denúncia. Quando as denúncias são realizadas, caso sejam verídicas, é dado um prazo de defesa para o proprietário. Posteriormente, o processo é encaminhado para o gabinete da presidência, que o sancionará através de Decreto Presidencial, designando o Ministério Público para julgamento e autorização da desapropriação ou não da área. Este processo decorre com base nas informações obtidas na vistoria e em dados referentes às infrações denunciadas (INCRA, 2013).

Durante esse processo judicial, que demora um tempo significativo (podendo chegar a mais de dez anos), os trabalhadores encontram-se na maioria das vezes em acampamentos próximos a área que está em trâmite para se tornar um PA, aguardando a ordem judicial e os demais processos posteriores para criação efetiva do assentamento. Estes acampamentos são “espaços de luta, de resistência, mas também de socialização” (LEITE, 2000, p.142), tanto pelas condições em que os acampados se encontram, quanto pelas relações de cooperação que se desenvolvem nesse momento, que definem vários aspectos políticos e sociais da organização do futuro assentamento. Durante o processo judicial e conforme o número de famílias acampadas, o “INCRA preenche um cadastro dos trabalhadores rurais com objetivo de avaliar a aptidão para atividades agrícolas e/ou pecuárias. No referido cadastro não podem ser inseridos funcionários públicos e empresários” (PIRES, 2002, p.22). Os cadastrados ainda devem ter comprovante de que trabalharam na atividade rural normalmente nos últimos cinco anos, para que, após o cadastro e mediante a ordem judicial, os cadastrados possam participar da distribuição dos lotes. O processo de distribuição dos lotes entre os trabalhadores é realizado pelos movimentos com acompanhamento do INCRA. Em seguida, os assentados se instalam e trabalham efetivamente na terra, de forma que quando os assentados atingirem um nível de qualidade de vida especificada pelo INCRA, ocorre um processo de emancipação do assentamento (PIRES, 2002).

Analisando o cenário mundial, políticas de reforma agrária propiciaram impactos significativos nas suas economias, como relatado por Sparovek (2003, p.21) “Um efetivo programa de reforma agrária, de acordo com a experiência internacional, pode ter repercussões que extrapolam os limites do campo atingindo toda a sociedade e envolvendo os mais diversos setores”. Partindo do pressuposto que os assentamentos produzem impactos nas

regiões em que se instalam, definir seus impactos regionais permite a identificação de aspectos sociais, econômicas, políticas e ambientais, que evoluem como consequência da consolidação dos assentamentos. Esses aspectos são “espaços e tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que levam à necessidade de atentar para as condições anteriores da “região” dos assentados” (LEITE, 2010 p. 06). Assim, acaba sendo de fundamental importância a caracterização da situação regional anterior ao assentamento para poder dimensionar esses impactos.

Leite (2010), lista alguns dos impactos verificados, uma vez que a inserção dos assentados conduz a uma condição que permite “efeitos multiplicadores” na economia e na sociedade regional onde estão inseridos, pois propicia a

diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem-se na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional (LEITE, 2010 p.10).

O autor aponta que um fator gerador de impactos regionais está relacionado a questão demográfica. Inicialmente decorrente do aumento populacional e, dependendo da origem da nova população, é possível o surgimento de uma reorganização política. Assim,

as alterações demográficas provocadas pelos assentamentos são mais visíveis quando estes envolvem a vinda de uma população "de fora" do município ou da região, ou quando representam algum deslocamento de populações urbanas para áreas rurais, resultando em aumento populacional ou mudança na relação população rural/população urbana. [...] no fato de implementar demandas que recaem sobre as disputas locais e extra locais (LEITE, 2010, p.13).

Questões relacionadas a demografia podem ser decisivas para o sucesso da atividade agrícola, pois se os agricultores assentados não dominarem técnicas de cultivo regionais ou se tiverem dificuldades quanto a adaptação à cultura regional, conflitos e resultados negativos podem ser detectados.

Considerando os impactos econômicos positivos, Sparovek (2003) aponta como fruto dos assentamentos a criação direta e indireta de empregos a baixo custo, o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, a obtenção de divisas e o aumento da arrecadação tributária. Como impactos sociais da instalação de assentamentos, se configurariam a melhoria na qualidade de vida, a redução da imigração rural-urbana, a diminuição dos problemas urbanos decorrentes do crescimento das cidades, a queda no excesso de mão de obra desempregada das cidades, a maior estabilidade familiar e a manutenção de manifestações culturais do meio rural (SPAROVEK, 2003).

Na teoria econômica, Teófilo e Olinto (2000) destacam o trabalho de Joseph Stiglitz “Distribuição, Eficiência e Voz: Elaborando Reformas de Segunda Geração”. Os autores apresentam argumentos importantes para demonstrar a capacidade das políticas de redistribuição como a reforma agrária possuem. Stiglitz critica a ideia neoclássica tradicional que propõe que a livre ação dos mercados tem capacidade de conduzir a um cenário de Eficiência de Pareto¹ (TEÓFILO E OLINTO, 2000).

Conforme Teófilo e Olinto (2000, p.13), Stiglitz argumenta essa ideia propondo que “o Estado pode atingir a equidade social, primeiro redistribuindo ativos econômicos (terra e/ou capital), e em seguida deixando que os mercados atinjam um equilíbrio competitivo eficiente.” Assim, considera que em um cenário de informações imperfeitas, ações do Estado podem beneficiar uns sem prejudicar outros, permitindo que se atinja o equilíbrio de Pareto. Desta forma, a criação de políticas de reforma agrária geraria impactos na geração de taxas maiores de eficiência produtiva, impactos na educação, na geração de capital social e permitiria a criação de capacidades diferenciadas de enfrentamento a crises econômicas, reduzindo seus efeitos maléficos a economia (TEÓFILO E OLINTO, 2000).

Diante dos conceitos apresentados no referencial teórico, pretende-se analisar e compreender os dados referentes aos assentamentos de reforma agrária de Rio Bonito do Iguaçu e sua relação com os indicadores socioeconômicos. Tal discussão é realizada na sequência.

¹ De acordo com Varian (2006, p.19) a “Uma situação econômica é eficiente no sentido de Pareto se não existir um modo de melhorar a situação de algum grupo de pessoas sem piorar a de algum outro grupo. O conceito de eficiência de Pareto pode ser utilizado para avaliar diferentes formas de alocar os recursos.”

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Com a finalidade de investigar e obter conclusões sobre fenômenos e realidades específicas, utiliza-se a pesquisa científica como ferramenta, que para Gil (1999, p. 60) trata-se de um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego do procedimento científico”. Seguindo o conceito proposto de pesquisa científica, delimitamos a pesquisa quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem, com o intuito de ilustrar de forma mais clara o caráter científico do estudo.

De acordo com os objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, pois se objetiva descrever qual o comportamento de um determinado grupo em uma situação específica. Podendo ser enquadrada no conceito de que pesquisa descritiva é aquela que “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (LEAL E SOUZA, 2006, p. 66).

Quanto aos procedimentos, se utilizou de um estudo de caso, que para Silva e Menezes (2001, p. 21) se trata de um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Serão observados a evolução dos indicadores socioeconômicos de Rio Bonito do Iguaçu com foco nas modificações que ocorreram com as experiências dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

O estudo tem uma abordagem de pesquisa predominantemente qualitativa que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA E MENEZES, 2001, p. 20). Não sendo utilizados métodos estatísticos de tratamento dos dados, se reduzindo a algumas estatísticas descritivas.

Para mensurar a evolução dos indicadores do município de Rio Bonito do Iguaçu utilizou-se dados secundários e análise documental dos registros do município. A metodologia de coleta é muito semelhante a utilizada por Ferreira Neto et al. (2009) em seu estudo sobre “ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO SOBRE O NOROESTE DE MINAS GERAIS”, no qual ele realiza um levantamento de informações secundárias sobre os dados dos municípios do noroeste de Minas Gerais, em um primeiro momento, para mensurar o desenvolvimento econômico proporcionado pelo PA's.

O período analisado nesta pesquisa compreende desde a data anterior da criação dos assentamentos (entre 1997 e 1998) até o período posterior a implementação dos PA's, com o

intuito de visualizar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município. Os dados utilizados foram dos Censos 1991, 2000 e 2010 e dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006.

Após o levantamento dos dados secundários comparam-se os diferentes períodos, procurando investigar os componentes dos indicadores que influenciaram as modificações. A análise de resultados está dividida em dois momentos: o primeiro focado no indicador econômico referente a produção, analisando os impactos dos assentamentos na produção do município; num segundo momento são verificados os dados referentes aos indicadores de renda, desigualdade e pobreza e, posteriormente, como isso pode afetar os indicadores socioeconômicos.

Um ponto de atenção sobre as análises dos dados está ligado à diferença entre as bases de dados e a metodologia nos diferentes Censos e pesquisas realizadas. Como alertado por Hoffmann e Ney (2010, p. 08), muitos estudos que realizaram análises da estrutura fundiária do país declaram que “há problemas de comparabilidade dos dados do Censo de 2006 com o de 1995/1996. [...] O próprio IBGE (2009) afirma que é necessário considerar a influência da mudança do período de coleta dos dados nas estimativas da distribuição da posse da terra”.

Com base nessa metodologia, articula-se em seguida a análise de discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir apresenta-se a análise de resultados, os quais se concentram em três eixos principais: histórico da formação dos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, produção agropecuária e indicadores socioeconômicos. A descrição desses três pontos tem como objetivo verificar a evolução dos indicadores socioeconômicos em Rio Bonito do Iguaçu e verificar a relação dos PA's com esse processo no município de Rio Bonito do Iguaçu.

4.1 ASSENTAMENTOS RURAIS DE RIO BONITO DO IGUAÇU

Entre as mesorregiões Oeste e Centro-Sul do Estado do Paraná localiza-se o Território Cantuquiriguaçu, formado por 21 municípios, a saber: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Palmital, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (CONDETEC, 2009). Esse território possui uma diversidade de atores sociais, entre os quais camponeses com terra e sem-terra, indígenas, atingidos por barragens, entre outros. Os dados demográficos do território apontam que sua população é formada por 232.729 mil habitantes, dos quais 50,8% vivem no meio rural, sendo predominantemente agricultores familiares (90,3%) (CONDETEC, 2009).

A formação fundiária e social dessa região do Estado do Paraná está associada ao processo de ocupação do território e as condições geográficas da região. Em decorrência da crise da pecuária e de problemas deste setor a nível nacional, ocorreu no final do século XIX e início do século XX um aumento da extração vegetal em regiões ainda não exploradas mais intensamente. De forma que pelas características naturais, com densidade de ervateiras e araucárias, essa região torna-se uma alternativa de exploração. Com o fim de extração dos recursos naturais atenua-se o processo de concentração dos meios de produção já iniciado e “neste contexto, ocorreu a apropriação de grandes áreas de terra formando, conseqüentemente, grandes latifúndios” (FABRINI, 2002, p. 157). Nessas condições, a agricultura familiar fica a margem, explorando áreas florestais e de topografia ondulada sem condições de intervir na modificação da paisagem. Uma das atividades desenvolvidas por esses pequenos agricultores nas áreas florestais é a suinocultura, que cria condições para o desenvolvimento do comércio e a estruturação de um mercado interno regional (FABRINI, 2002).

Sobre a geografia da região, o relevo ondulado e as formações de floresta possibilitaram atividades de extração, enquanto em áreas planas campestres houve exploração da pecuária. Sobre esse território, havia inicialmente uma grande população de indígenas Kaingang, porém no período de 1900 a 1920 a região teve um incremento significativo da população, causado pela

presença de peões e agregados expulsos de fazendas e terras das proximidades em busca de subsistência; foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, transformando o espaço em local de fugitivos da lei; bem como de posseiros refugiados do Contestado expulsos da terra pela empresa colonizadora americana Brazil Railway Co.; argentinos e paraguaios em busca de erva-mate (WACHOWICZ, 1985 apud JANATA. 2012, p. 55).

Essa população que veio para ocupar a região constituiu relações sociais e econômicas que permitiram, em 1960, o início da acumulação de capitais por um pequeno grupo de proprietários de terras. Esse grupo obteve significativo domínio sobre os meios de produção regionais entrando em atrito com os outros agentes sociais, promovendo um significativo processo de disputa política e territorial. De forma que

O enriquecimento dos fazendeiros levou às disputas pelo controle político regional e desdobrou em conflitos pela posse da terra e a disputas pelo controle político (que passava pelo controle da terra). A falta de comunicação e isolamento da região contribuiu para a formação de uma cultura de violência que persistiu até tempos recentes (FABRINI, 2002, p. 156).

Dentro desse contexto de transformações econômicas e políticas se analisa a formação sócio espacial do município de Rio Bonito do Iguaçu. Inicialmente, esta área constituiu uma pequena vila do município de Guarapuava, tendo como outra vila próxima a atual cidade de Laranjeiras do Sul. Quando Laranjeiras do Sul se desmembra de Guarapuava a vila que era Rio Bonito do Iguaçu se torna distrito de Laranjeiras, sendo que posteriormente se iniciou o processo de desmembramento no começo de 1990 (JANATA, 2012). Rio Bonito do Iguaçu foi emancipado de Laranjeiras do Sul em 19 de março de 1992 e ocupa uma área de 746 km². O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) indica que, do total da população de 13.660 habitantes, 3.325 corresponde ao número de habitantes da área urbana e 10.335 da rural, o que equivale a 24,34% e 75,66%, respectivamente.

Na figura 01 está a representação da localização do município de Rio Bonito do Iguaçu que consiste da área realçada no mapa.

Figura 01 – Localização do município de Rio Bonito do Iguazu – PR



Fonte: Google maps, 2014.

A região onde se localiza o município de Rio Bonito do Iguazu está contida na figura 02, bem como os municípios com o qual ele faz divisa.

Figura 02 - Localização de Rio Bonito do Iguazu, PR.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

No mapa pode-se observar que a BR 158 atravessa parte do município, além da localização dos municípios do qual se desmembrou, Guarapuava que se localiza a 130 km e Laranjeiras do Sul, que se localiza a dezessete quilômetros da sede de Rio Bonito do Iguaçu.

Para chegar a formação atual, este município passou por intensas transformações de acordo com suas várias condicionantes sociais, políticas, geográficas, econômicas e ambientais. Uma das principais condicionantes é o considerável potencial hídrico do município e da região, sendo que o Rio Iguaçu atravessa parte de seu território. Decorrente disso, Rio Bonito “abriga o lago da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, em funcionamento desde o fim dos anos 1980, gerando energia para os três estados do Sul, além de outros no Brasil” (JANATA, 2012, p.60). A hidrelétrica começou a ser construída em 1970 pela a Eletrosul e

este foi um importante fator de desenvolvimento e, paralelamente, trouxe problemas com o alagamento de grandes extensões de terras férteis e cultiváveis. Com ela, foi também construída a rodovia asfaltada PR-158, ligando Laranjeiras do Sul – na época Rio Bonito do Iguaçu era distrito de Laranjeiras do Sul - aos municípios do sudoeste do Paraná (JANATA, 2012, p.60).

A hidrelétrica de Salto Santiago atingiu 170 famílias, as quais passaram por processos controversos de reinstalação e indenização pela perda de suas terras. Nesse mesmo período, ocorrem mudanças no cenário estadual e modificações na relação capital e trabalho no campo. Haviam fortes efeitos das barragens hidrelétricas (principalmente de Itaipu) sobre as populações rurais, que geram uma intensificação das mobilizações e manifestações dos trabalhadores rurais sem terras que contribuem para a unificação de um movimento nacional de luta pela terra, o MST, em 1984 (JANATA, 2012).

Os atores (movimentos sociais, posseiros, trabalhadores) da região acompanham esse movimento e várias investidas são feitas as terras pertencentes e as que foram griladas pela madeireira de Giacomet-Marodin. Houve forte reação por parte da empresa, sendo que na maioria dos casos a ação foi de extrema truculência, como relatado por ex-funcionários da empresa, que narram as “estratégias de violência, torturas e pressões realizadas pela Giacomet-Marodin, através de seus jagunços, contra os trabalhadores rurais que moravam em seu entorno” (JANATA, 2012, p.68). Na região Centro Sul, a área da empresa abarcava, em 1996, parte considerável de três municípios, ocupando 49,6% das terras de Rio Bonito do Iguaçu; 26,7% de Quedas do Iguaçu e 10,9% de Nova Laranjeiras (JANATA, 2012). Em decorrência desse cenário e das constantes represálias que os sem-terra sofreram em tentativas anteriores de ocupar essas áreas, organiza-se uma ocupação contendo mais de três mil

famílias que adentram na Fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguaçu, em 17 de abril de 1996 (FABRINI E MARQUES, 2007). Como narra Fabrini e Marques (2007, p.37), “Mais de 3.000 famílias acamparam na então fazenda Giacomet, com 83.000 hectares, no município de Rio Bonito do Iguaçu”.

No mesmo dia em que ocorreu a ocupação da fazenda da empresa Giacomet, no Estado do Pará ocorre um confronto entre policiais militares e assentados. Janata (2012, p. 70) registra que durante “o confronto entre cerca de 1.500 trabalhadores rurais, em protesto pela demora no assentamento, a polícia militar do Estado foi acionada e o embate resultou na morte de dezenove deles (assentados), tornando-se mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás”. Esse evento promoveu a intensificação das mobilizações por parte dos movimentos sociais de luta pela terra no país como um todo, dando visibilidade também a ocupação em Rio Bonito do Iguaçu, que foi considerada uma das maiores do país (JANATA, 2012).

A Divisão de Assentamentos e Conflitos Agrários da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Paraná fez um levantamento sobre a composição das 2.888 famílias que estavam acampadas na Fazenda Pinhal Ralo dez dias após sua ocupação. Os dados obtidos permitem visualizar a composição dos assentados e entender como se formou esse acampamento. Os resultados foram que

7,37% empregados rurais temporários (bóias-frias); 11,39% trabalhadores urbanos; 8,69% desempregados urbanos; 9,07% arrendatários; 6,99% mão de obra familiar; 4,26% meeiros; 2,87% empregados rurais permanentes; 1,45% desempregados rurais; 1,04% proprietários; 0,21% posseiros; 6,65% não especificados e quase 40% restantes eram desempregados (JANATA, 2012, p.73).

Com relação à origem dos acampados, a Folha de Londrina (1996) aponta o número expressivo de trabalhadores que vieram de Foz do Iguaçu, bem como, o papel desempenhado por brasiguaios na ocupação e a predominância de origem de trabalhadores de pequenos municípios da região Sudeste e Centro Oeste.

Diante dessa primeira configuração, o acampamento apenas aumentou, de forma que dois meses após a ocupação o acampamento havia superado os dados iniciais de nove a dez mil pessoas, constatando-se a presença de 13.276 acampados (JANATA, 2012). Conseqüentemente, foi necessário um esforço muito grande para se garantir a organicidade criada pelo MST, de divisão em núcleos e criação de setores para os mais diversos assuntos do acampamento, ocorreu assim “a divisão de tarefas e a organização em cerca de 93 grupos de trinta a quarenta famílias. Entre os diferentes setores instituídos foram criados os de

infraestrutura, segurança, saúde, educação, alimentação, formação e comunicação” (JANATA, 2012, p.76).

Durante o acampamento foram diagnosticados e enfrentados vários problemas, principalmente relacionados a mortalidade infantil e a ações de represália, geralmente violenta dos jagunços da Fazenda, tal violência culminou no assassinato de dois trabalhadores sem terra (JANATA, 2012). Em Monteiro (2003 apud JANATA 2012), encontramos o relato de que, em janeiro de 1997, houve o assassinato de dois jovens – Vanderlei das Neves e José Alves do Santos – em emboscada dos seguranças da empresa. Esse fato gerou repercussão nacional e internacional e, como a então Madeireira Giacomet-Marondin já exportava celulose, teve sua imagem vinculada ao episódio, o que, entre outros motivos, levou a modificação de sua denominação para Araupel (JANATA, 2012). Essa área da empresa era visada para fins de reforma agrária pelos movimentos sociais e poder público em vista da situação de grilagem e irregularidades de partes da área e a situação de improdutividade em que se encontrava a fazenda (JANATA, 2012).

No mesmo dia da morte dos dois acampados, 30 de outubro de 1997, foi publicado no Diário Oficial o decreto de desapropriação de 16.852,16 hectares, que acabou assentando primeiramente 934 famílias, sendo criado o Assentamento Ireno Alves dos Santos, cerca de um ano após a ocupação. Do total das 1.315 famílias que estavam acampadas, parte foi assentada e parte abandonou o acampamento e as 307 famílias restantes no acampamento juntamente com famílias de outros acampamentos, em novembro de 1997, ocuparam outra área da fazenda, que deu origem a um assentamento de 578 famílias em 01 de dezembro de 1998, Marcos Freire. Essa demora no assentamento das famílias se deve a problemas com áreas de preservação permanente, o que gerou problemas intensos no desenvolvimento das atividades dos assentados, uma vez que não conseguiam crédito rural por não estarem regularizados, apesar de ocuparem os lotes (JANATA, 2012).

Num processo contínuo de luta, o MST continuou as investidas contra o latifúndio da empresa Giacomet-Marodín/Araupel, sendo que o balanço dessas lutas se resume a “em 1997, o Assentamento Ireno Alves, com 934 famílias; em 1998, o Assentamento Marcos Freire, com 578; em 2004, o Assentamento Celso Furtado (Quedas do Iguaçu), com 1.500; e o Assentamento 10 de Maio, com 69 famílias” (JANATA, 2012, p. 83).

As ações de luta e de reforma agrária permitem um destaque especial a Rio Bonito do Iguaçu em âmbito estadual e nacional, pela amplitude da ação organizada pelo MST e pela conquista e consolidação dos assentamentos de reforma agrária Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. Estes ocupam uma área de aproximadamente 26.000 ha, abrigando 1.512

famílias e formando, juntos, até o ano de 2004, o maior assentamento de reforma agrária da América Latina (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU, 2006).

Posterior a caracterização do processo de implementação dos PA's destacando alguns pontos importantes e determinantes do processo de ocupação fundiária, aborda-se a seguir informações referentes a produção agropecuária do município e seus indicadores socioeconômicos.

4.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A análise da produção agropecuária do município de Rio Bonito do Iguaçu tem como objetivo visualizar o impacto dos assentamentos sobre a produção e estrutura agropecuária do município. Utilizam-se como instrumentos para obter essa visualização os dados fornecidos pelos Censos Agropecuários de 1995/1996 (anterior a instalação dos assentamentos) e 2006 (cerca de nove anos após a instalação dos assentamentos).

A estrutura de análise será composta por observação com os dados dos dois Censos da estrutura fundiária, lavoura temporária e permanente, produção de leite e rebanhos de bovinos e suínos, tendo como parâmetro a condição do produtor em relação às terras. Sendo realizada num terceiro momento a comparação da evolução entre os dados obtidos.

4.2.1 Censo Agropecuário de 1995/1996

Analisando a estrutura fundiária do município de Rio Bonito do Iguaçu em 1995/1996, de acordo com a condição do produtor em relação às terras, se obtém os dados da tabela 01. O Censo Agropecuário de 1995/1996, para definir a condição de produtor em relação às terras, utilizou as categorias de: proprietário (aqueles que compraram as terras ou são donos dos estabelecimentos); arrendatário (paga pelo uso ao proprietário da terra); parceiro (divide a terra com outro proprietário ou produtor) e ocupante (agricultores que se declaram "Proprietários" pelo fato de ali estarem há muito tempo e ocupar as terras, ou que ainda não obtiveram a documentação comprobatória).

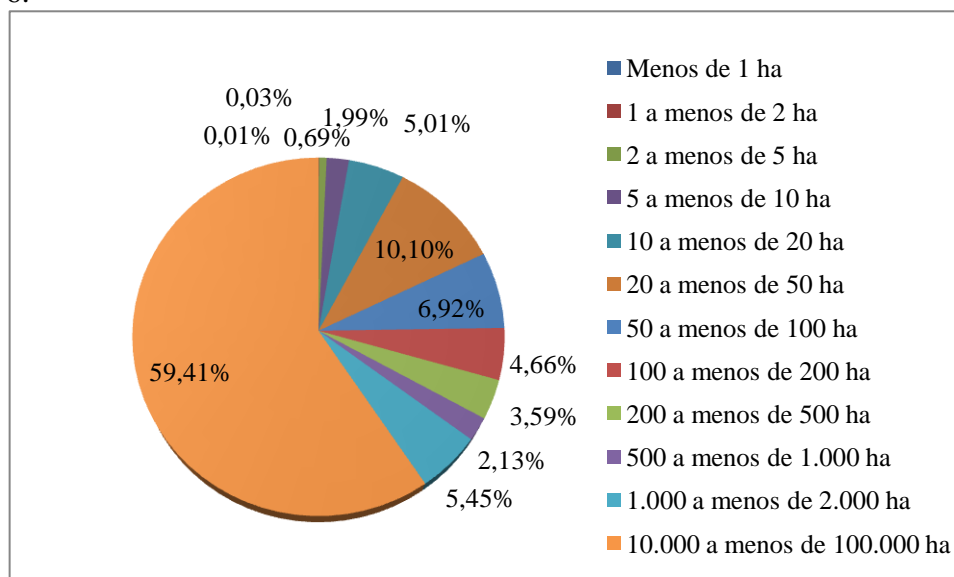
Tabela 01 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 1995/1996.

Condição do produtor	Estabelecimentos Agropecuários	Área ocupada (Hectares)	% dos estabelecimentos
Proprietário	622	56.290,076	96,09%
Arrendatário	46	964,652	1,65%
Parceiro	22	207,837	0,35%
Ocupante	66	1.116,749	1,91%
Total	756	58.579,314	100,00%

Fonte: IBGE, 2013.

Na tabela 01 pode-se observar a predominância de estabelecimentos na categoria de proprietário. Dos 756 estabelecimentos, 622 fazem parte dessa categoria e ocupam 96,09% da área do município. Os ocupantes (que não possuem terras próprias) representam a segunda maior parcela de estabelecimentos, porém representam apenas 1,91% do total da área de 58.579, o equivalente a 207,837 ha. Dimensionando o tamanho dos estabelecimentos no gráfico 01, estão expostos os dados referentes ao tamanho das propriedades em 1995/1996.

Gráfico 01– Área dos estabelecimentos agropecuários, em Rio Bonito do Iguauçu, PR – 1995/1996.



Fonte: IBGE, 2013.

Conforme os dados do IBGE (2013), referente a 1995/1996, 59,41% da área de Rio Bonito do Iguauçu era ocupada por estabelecimentos com área maior que 10.000 ha e menor que 100.000 ha, compreendendo mais da metade da área do município. Os estabelecimentos com mais de 10.000 ha e menos de 100.000 ha ocupam 34.804,68 ha da área total de 58.579,314 ha.

Diante dessa estrutura fundiária é interessante analisar o montante da produção agropecuária para comparar com o período posterior à instalação dos assentamentos em Rio Bonito do Iguaçu. Com base nos dados disponibilizados pelo IBGE (2013), referentes ao Censo Agropecuário de 1995/1996, analisam-se as variáveis: lavoura temporária (área colhida e valor da produção), lavoura permanente (área colhida e valor da produção), hortaliças (quantidade produzida e valor da produção), quantidade produzida de leite e dados sobre o rebanho do município (aves, suínos e bovinos) associando todas as variáveis a condição do produtor.

Os dados referentes a lavoura temporária estão expostos na tabela 02, a categoria lavoura temporária compreende vinte produtos agropecuários de ciclos curtos de produção, a saber: abacaxi, abóbora (jerimum, moranga), algodão em caroço (herbáceo), amendoim em casca, arroz em casca, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, fava, feijão em grão, fumo em folha, mamona, mandioca (aipim, macaxeira), melancia, melão, milho em grão, soja em grão, tomate e trigo em grão.

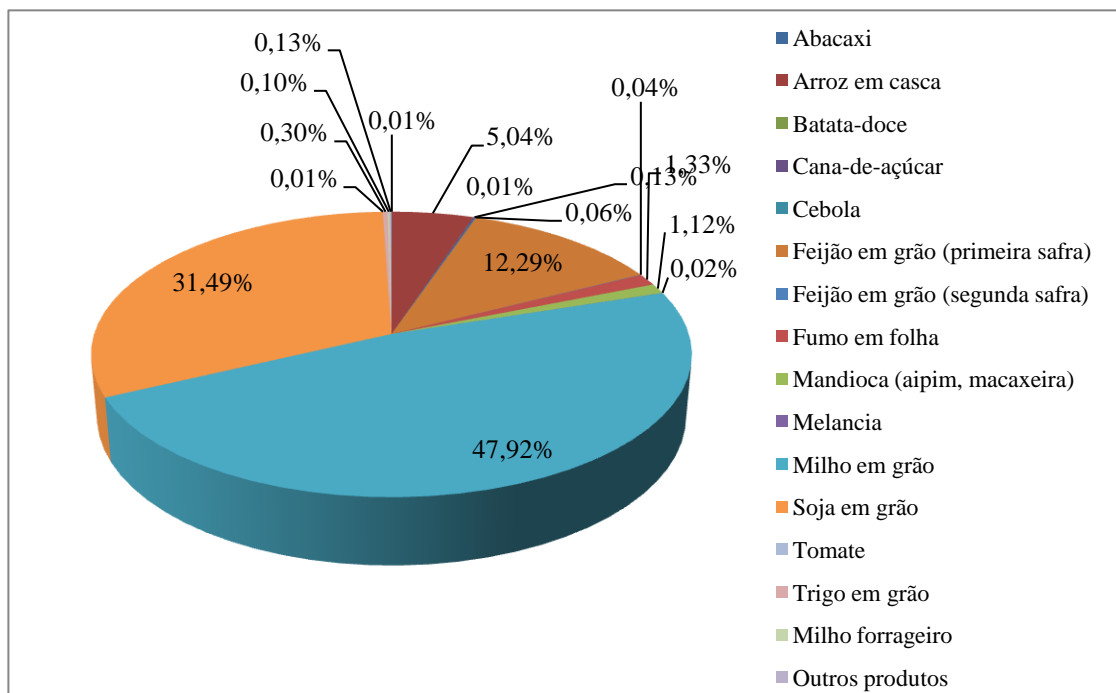
Tabela 02 – Área colhida e valor da produção da lavoura temporária de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.

Condição do produtor	Área colhida (Hectares)	Área colhida	Valor da produção (Reais)	Valor da produção
Proprietário	10.533,46	88,54%	5.378.887,2	88,52%
Arrendatário	572,851	4,82%	320.781,3	5,28%
Parceiro	151,901	1,28%	53.309,7	0,88%
Ocupante	638,122	5,36%	323.342,6	5,32%
Total	11.896,34	100%	6.076.320,8	100%

Fonte: IBGE, 2013.

No município de Rio Bonito do Iguaçu, em 1995/1996, houve uma área colhida total de 11.896,34 ha com um valor de R\$ 6.076.320,8 de lavoura temporária. Sendo a maior participação da categoria proprietário, que apresentou 88,54% da área colhida e 88,52% do valor da produção (R\$ 5.378.887,2). A composição da lavoura temporária está demonstrada no gráfico 02, onde estão contidos os dados sobre o percentual da área de cada cultura temporária do município de Rio Bonito do Iguaçu.

Gráfico 02 – Porcentagem da área de lavoura temporária por cultura, em Rio Bonito do Iguauçu, PR – 1995/1996.



Fonte: IBGE, 2013.

A categoria de lavoura temporária possui vinte componentes, e na contagem do IBGE foram identificados, como visualizado no gráfico 03, dezesseis produtos componentes da lavoura temporária. Os maiores percentuais de área colhida de lavoura temporária no município de Rio Bonito do Iguauçu são de milho em grão (47,92%), soja em grão (31,49%), seguidos pela lavoura temporária de feijão em grão (12,29%) e arroz com casca (5,04%).

Na tabela 03 estão os dados referentes a lavoura permanente em 1995/1996, indicador que considera 78 produtos agropecuários, sendo alguns exemplos desses produtos o abacate, algodão em caroço (arbóreo), banana, cacau (amêndoa), café em coco, coco-da-baía, goiaba, laranja, limão, manga, mamão, pimenta-do-reino, tangerina-bergamota-mexericã, uva.

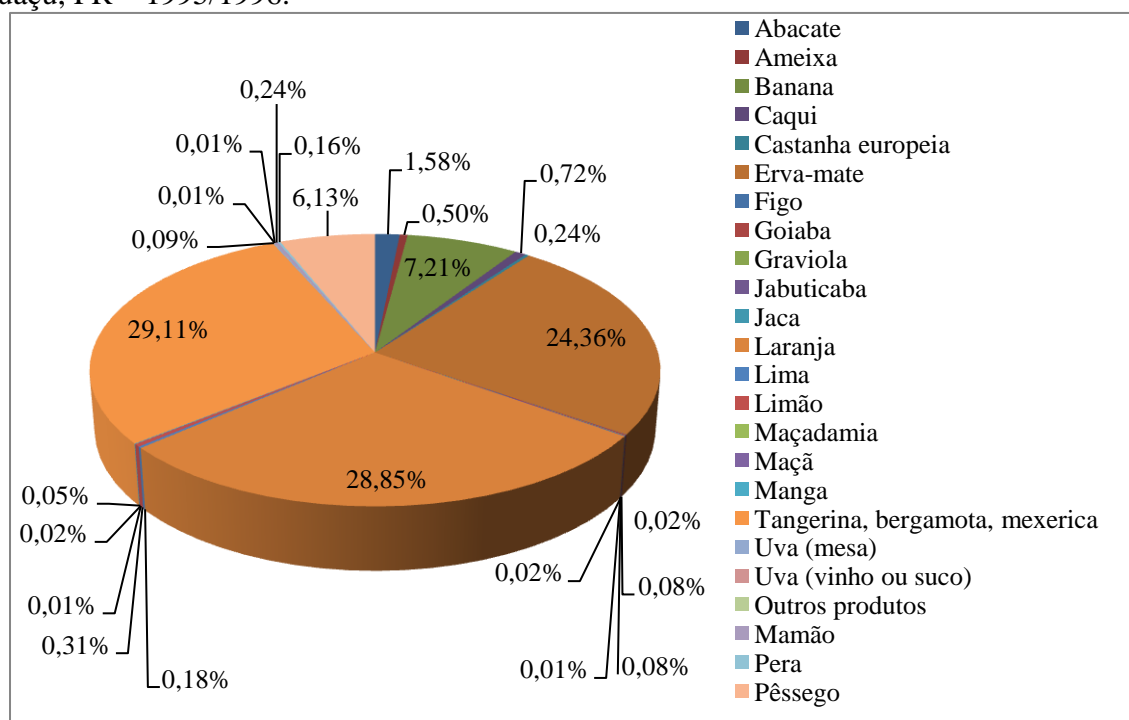
Tabela 03 – Área colhida e valor da produção da lavoura permanente de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguauçu, PR – 1995/1996.

Condição do produtor	Área colhida (Hectares)	Área colhida	Valor da produção (Reais)	Valor da produção
Proprietário	153,018	91,33%	233.509,7	87,52%
Arrendatário	2,012	1,2%	2.400,5	0,9%
Parceiro	1,134	0,68%	4679	1,75%
Ocupante	11,384	6,79%	26.206,6	9,82%
Total	167,548	100%	266.795,8	100%

Fonte: IBGE, 2013.

A área colhida total de lavoura permanente é de 167,548 ha que representou R\$ 266.795,8, a categoria que mais se destacou foi a de condição de produtor proprietário que representou 91,33% da área colhida e 87,52% do valor da produção. O gráfico 03 nos permite analisar a composição da lavoura permanente de acordo com o percentual de área colhida de cada produto.

Gráfico 03 – Porcentagem da área de lavoura permanente por cultura, em Rio Bonito do Iguçu, PR – 1995/1996.



Fonte: IBGE, 2013.

Os produtos com maior representatividade na lavoura permanente são a tangerina/bergamota/mexerica com 29,11% da área colhida, a categoria da laranja com 28,85% e a erva-mate com 24,36%. A categoria lavoura permanente considera 78 produtos, porém a contagem do Censo identificou apenas 24 produtos no município de Rio Bonito do Iguçu.

Na categoria das hortaliças são consideradas cinquenta espécies diferentes, os dados da produção de hortaliças do município de Rio Bonito do Iguçu em 1995 estão expostos na tabela 04. Ressalta-se que não foi possível obter os dados referentes a área cultivada no Censo de 1996.

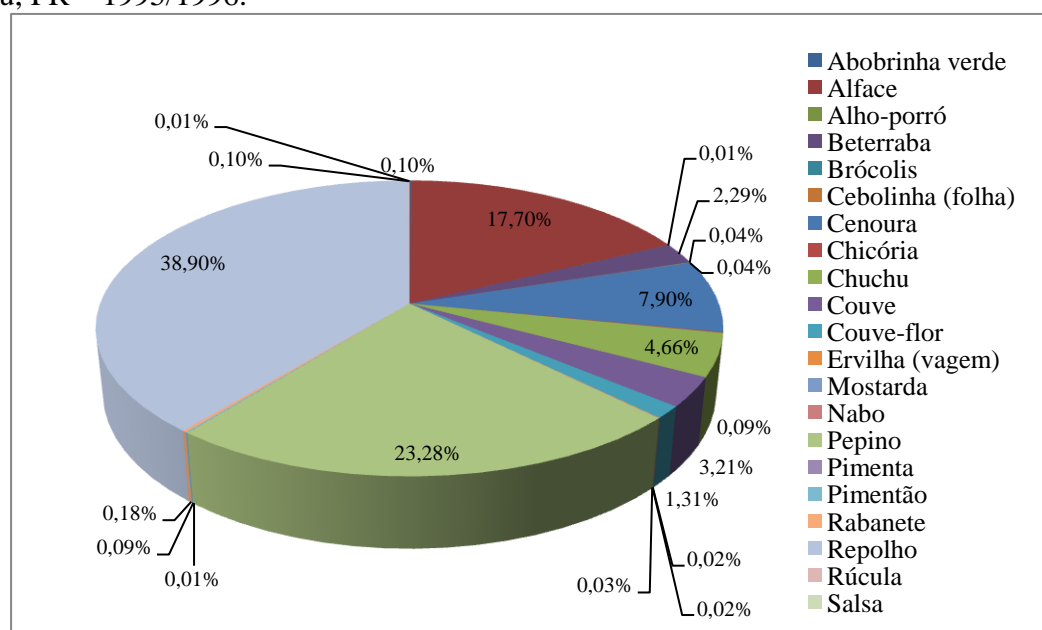
Tabela 04 – Quantidade produzida e valor da produção de hortaliças de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguçu, PR – 1995/1996.

Condição do produtor	Quantidade produzida (Toneladas)	Quantidade produzida	Valor da produção (Reais)	Valor da produção
Proprietário	258	81,74%	108.502,5	85,18%
Arrendatário	6	1,96%	2.694,89	2,12%
Parceiro	2	0,62%	1.162,7	0,91%
Ocupante	49	15,69%	15.015,28	11,79%
Total	315	100%	127.375,4	100%

Fonte: IBGE, 2013.

Em 1995/1996, de acordo com a tabela 04, a quantidade produzida de hortaliças em Rio Bonito do Iguçu foi de 315 toneladas, se obtendo um valor da produção de R\$ 127.375,40. Como já havia sendo constatado na lavoura temporária e na lavoura permanente, a categoria de produtor mais representativa foi a de proprietário, com uma produção de 258 toneladas (81,74%) e um valor de R\$ 108.502,5 (85,18%). Destaca-se a condição de ocupante, a qual teve uma representatividade significativa, representando 49 toneladas do total (15,69%) e um valor de R\$ 15.015,28 (11,79%). A categoria hortaliça considera cinquenta produtos, de forma que a contagem realizada pelo Censo em Rio Bonito do Iguçu identificou 21 produtos da categoria hortaliças com quantidade colhida significativa. Assim, a composição da quantidade colhida de hortaliças em percentual está descrita no gráfico 04.

Gráfico 04 – Porcentagem da quantidade colhida de hortaliças por cultura, em Rio Bonito do Iguçu, PR – 1995/1996.



Fonte: IBGE, 2013.

As principais hortaliças colhidas do município de Rio Bonito do Iguaçu em 1995/1995 foram o repolho (38,90%), seguido pelo pepino (23,28%) e pela alface (17,70%).

A produção de leite de vaca no município de Rio Bonito Iguaçu em 1995/1996 está ilustrada na tabela 05.

Tabela 05 – Quantidade produzida de leite de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.

Condição do produtor	Quantidade produzida de leite (Litros)	Quantidade produzida de leite
Proprietário	1.391.828	89,16%
Arrendatário	51.435	3,29%
Parceiro	30.830	1,97%
Ocupante	87.004	5,57%
Total	1.561.097	100%

Fonte: IBGE, 2013.

Observa-se que a produção total de leite foi de 1.561.097 de litros produzidos e que a categoria proprietários foi responsável por 89,16% da produção total (1.391.828 litros), sendo que a categoria ocupantes produziu 5,57% da produção de leite (87.004 litros de leite).

Com relação a produção animal em 1995/1996 no município de Rio Bonito Iguaçu definiu-se como variável para a observação a quantidade de animais vendidos nas categorias bovinos, aves e suínos com destaque a produção da categoria proprietários, conforme dados apresentados na tabela 06.

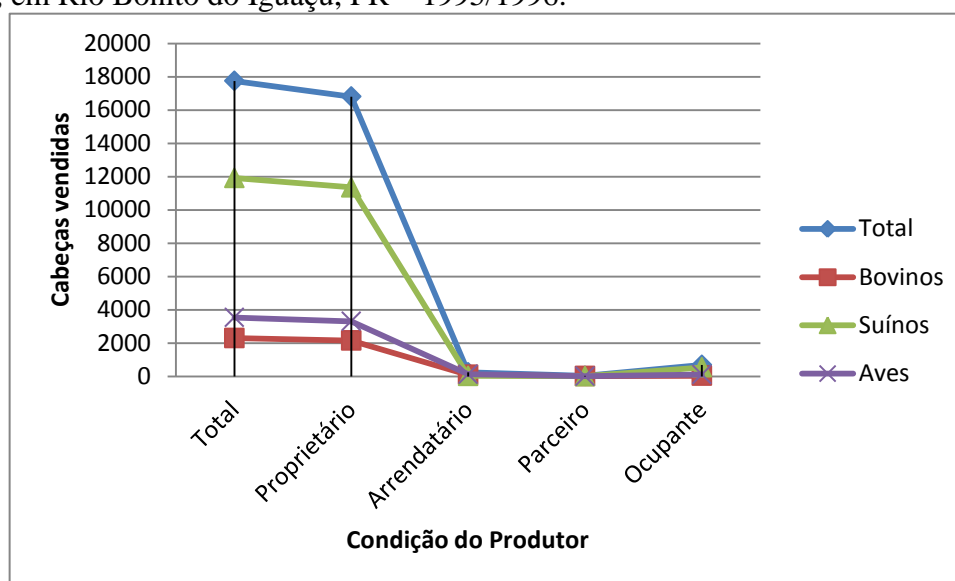
Tabela 06 – Quantidade de cabeças vendidas para bovinos, suínos e aves, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.

Espécie do rebanho	Total de cabeças vendidas (Unidades)	Total de cabeças vendidas
Bovinos	2.296	12,94%
Suínos	11.914	67,13%
Aves	3.538	19,93%
Total	17.748	100%

Fonte: IBGE, 2013.

A quantidade total de cabeças vendidas no município em 1995/1996 foi de 17.748 unidades. A venda de suínos representou 67,13% do total, as aves representaram 19,93% das cabeças vendidas e os bovinos representaram 12,94% do total de cabeças vendidas. No gráfico 05 podemos visualizar a divisão das quantidades de cabeças de cada rebanho, de acordo com a condição de produtor em relação as terras.

Gráfico 05 – Quantidade de cabeças de bovinos, suínos e aves de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguazu, PR – 1995/1996.



Fonte: IBGE, 2013.

Observa-se que a categoria proprietário teve a maior participação na criação dos três rebanhos, sendo responsáveis por quase a totalidade dos valores.

Analisando os dados de 1995/1996 destacam-se a participação da categoria proprietário e sua predominância sobre a área e a produção das culturas observadas. A estrutura fundiária do município é composta, na sua maioria, por propriedades de grandes extensões. Outro fator a ser considerado é com relação ao desempenho da categoria de ocupante, formada por trabalhadores rurais que desenvolvem atividades agropecuárias nos estabelecimentos em que trabalham. Os ocupantes demonstram valores significativos de produção nas categorias apresentadas diferentemente das outras condições de produtor. Com relação as variáveis que foi possível encontrar valores monetários a lavoura temporária apresentou a maior geração de recursos.

4.2.2 Censo agropecuário 2006

Com a criação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no período de 1997/1998, houve a promoção de uma modificação na estrutura fundiária e de produção agropecuária do município. A população de Rio Bonito passou de 5.770 em 1991 para 13.791 habitantes em 2000, refletindo as modificações decorrentes da criação dos PA's.

A primeira variável a ser analisada refere-se ao número de estabelecimentos agropecuários e a área ocupada de acordo com a condição do produtor em relação as terras. A

categorização de condição dos produtores em relação às terras sofreu alterações do Censo agropecuário de 1996 para o Censo de 2006. De acordo com IBGE (2013) não foram formuladas perguntas diretas sobre a condição do produtor em relação às terras do estabelecimento, sendo essas informações obtidas através da composição do uso das terras. Assim, o produtor informou a extensão de terras próprias, de terras arrendadas, de terras em parceria e de terras ocupadas (pelas quais o produtor nada pagara por seu uso). Acrescentou-se ainda no Censo de 2006 a categoria de assentado sem titulação definitiva que consiste em “Terras concedidas por órgão fundiário, ainda sem título definitivo” (IBGE, 2013). Outra modificação realizada foi referente a categoria de produtor sem área, a qual consiste de atividades de criação/produção agropecuária de pessoal empregado em estabelecimentos agropecuários.

A tabela 07 contém os dados referentes ao número de estabelecimentos e a área ocupada por eles segundo a condição dos produtores em 2006 no município de Rio Bonito do Iguçu.

Tabela 07 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 2006.

Condição do produtor	Estabelecimentos agropecuários	Estabelecimentos agropecuários	Área ocupada (Hectares)	% dos estabelecimentos
Proprietário	672	25,4%	21.176	46,38%
Assentado sem titulação definitiva	1.530	57,82%	22.183	48,59%
Arrendatário	28	1,06%	490	1,07%
Parceiro	16	0,6%	271	0,59%
Ocupante	145	5,48%	1.537	3,37%
Produtor sem área	255	9,64%	0	0
Total	2.646	100%	45.656	100%

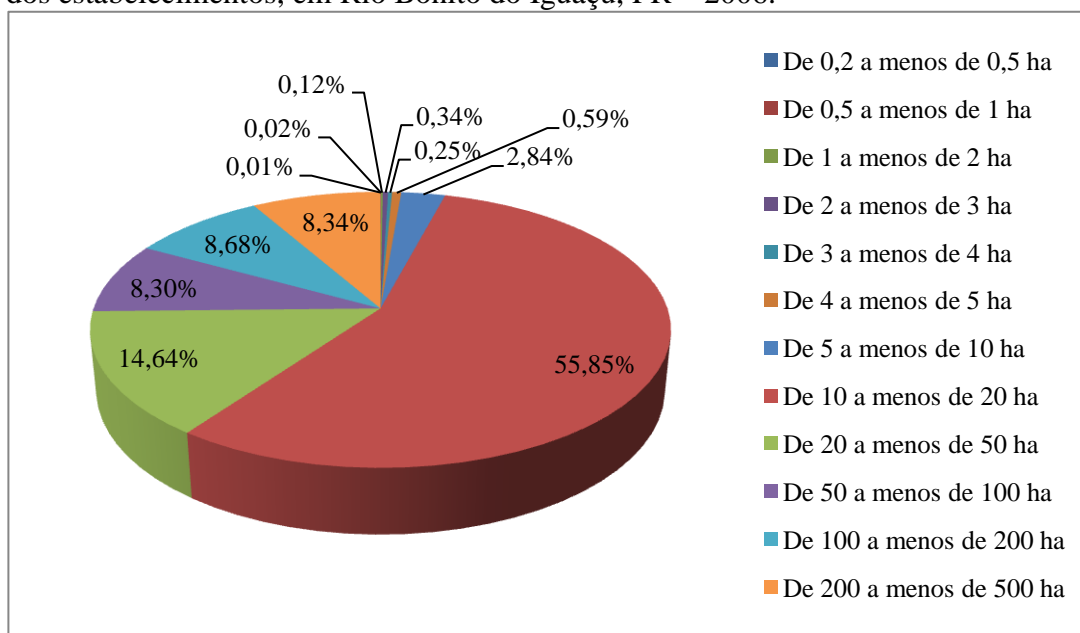
Fonte: IBGE, 2013.

Como observado na tabela 07, em 2006 observa-se uma situação fundiária muito distinta a observada no período anterior, 1995/1996. Em 2006, a condição de produtor mais significativa no município de Rio Bonito do Iguçu é a de assentado sem titulação definitiva que representa 1.530 estabelecimentos (PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire), ou seja, 57,82% dos 2.646 estabelecimentos totais. Os assentamentos do município também possuem a maior parte da área, 48,59%, dos 45.656 ha totais.

Outra categoria que se destaca é a de proprietário, que em 2006 detinha 672 estabelecimentos em Rio Bonito do Iguçu, 25,4% do total, possuindo 46,38% das terras do município. Esse dado demonstra que mesmo após a intervenção para fins de reforma agrária no município, 672 produtores possuem quase a mesma área que 1.530 estabelecimentos (21.176 ha e 22.183 ha respectivamente).

Outro dado interessante sobre a distribuição fundiária no município de Rio Bonito em 2006 é que 62,89% dos estabelecimentos agropecuários possuem área entre dez e vinte ha (IBGE, 2013). No gráfico 06 é possível visualizar a distribuição da área de acordo com o tamanho dos estabelecimentos agropecuários de Rio Bonito do Iguçu em 2006.

Gráfico 06 – Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários de acordo com o tamanho dos estabelecimentos, em Rio Bonito do Iguçu, PR – 2006.



Fonte: IBGE, 2013.

Com base nos dados constantes do gráfico 06, percebe-se que a maior parte da área do município é ocupada por estabelecimentos entre dez e vinte hectares (55,58%) e estabelecimentos com área entre cinquenta e cem hectares (14,64%). O que representa uma mudança significativa na estrutura produtiva, em comparação com o período anterior (1996/1995).

Dentro dessa estrutura fundiária se analisa a seguir os dados referentes a produção agropecuária utilizando a mesma estrutura de análise empregada para o período de 1996. Utilizando os dados referentes ao Censo Agropecuário de 2006, disponível no IBGE, analisa-se as variáveis lavoura temporária (área colhida e valor da produção), lavoura permanente

(área colhida e valor da produção), hortaliças (área colhida e valor da produção), leite (quantidade produzida e valor da produção) e dados sobre o rebanho do município (aves, suínos e bovinos), associando todas estas variáveis à condição do produtor. Também serão apresentados os dados referentes aos produtos que compõem a lavoura temporária, lavoura permanente e horticultura.

A variável lavoura temporária passou por alterações metodológicas do censo agropecuário de 1995/1996 para o Censo de 2006. Em 1995/1996, lavoura temporária era representada pela área lavoura temporária em conjunto com a área lavoura temporária em descanso. Já em 2006, a essas variáveis se adicionam alguns elementos, tornando a lavoura temporária fruto da junção da área lavoura temporária, área plantada com forrageiras para corte (destinadas ao corte e uso na alimentação de animais), área com cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufa de plantas e casas de vegetação (IBGE, 2013). Com essa modificação em 2006 existe um número maior de culturas, sendo considerados na categoria (52 produtos).

A tabela 08 contém os valores por área colhida e da venda da produção do município de Rio Bonito do Iguçu no período de 2006, de acordo com a condição do produtor.

Tabela 08 – Área colhida e valor da produção da lavoura temporária de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 2006.

Condição do Produtor	Área colhida (Hectares)	Área colhida	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da produção
Proprietário	7.284	41,84%	10.238	50,81%
Assentado sem titulação definitiva	8.548	49,10%	7.832	38,87%
Arrendatário	427	2,45%	500	2,48%
Parceiro	142	0,82%	130	0,65%
Ocupante	652	3,74%	1.171	5,82%
Produtor sem área	357	2,05%	276	1,37%
Total	17.410	100%	20.147	100%

Fonte: IBGE, 2013.

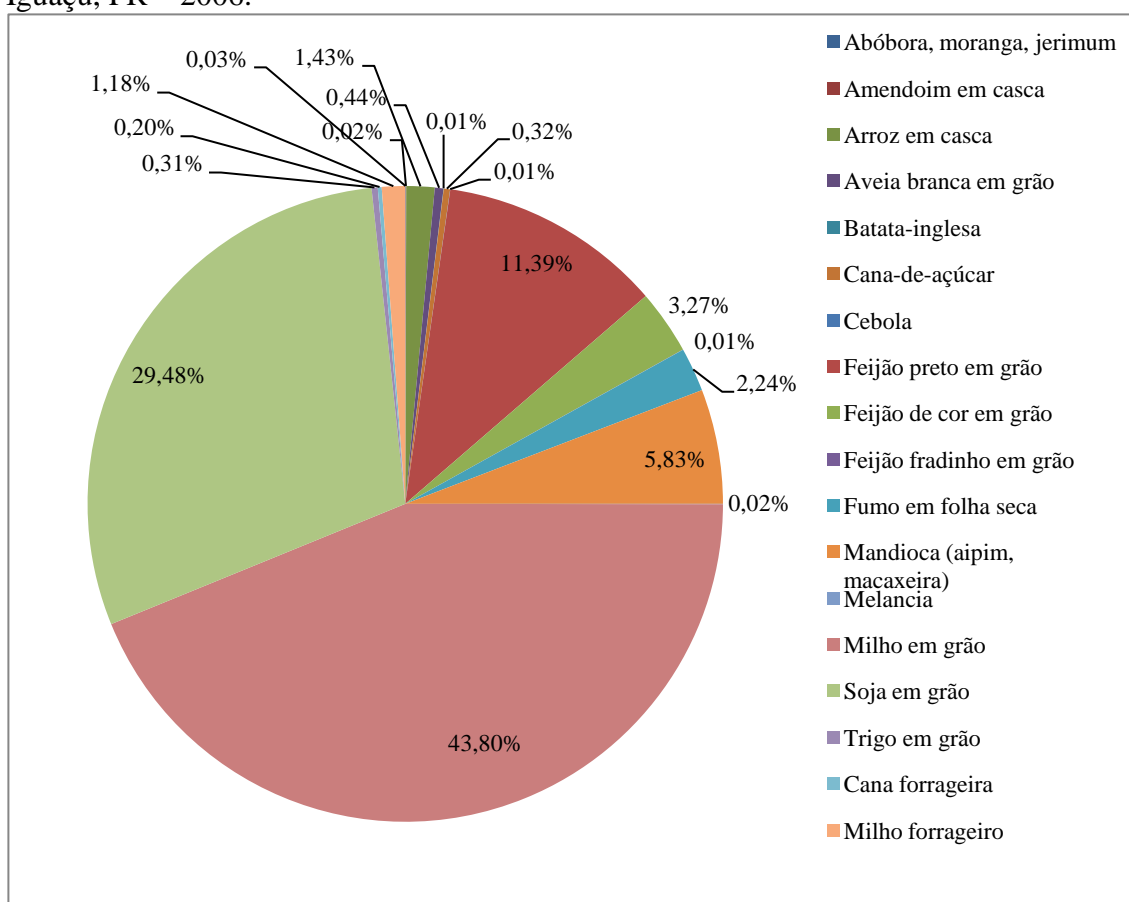
De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, a maior área colhida de lavoura temporária foi da categoria assentados sem titulação definitiva, que colheu 49,10% do total de 17.410 ha colhidos. O valor da venda da produção dessa categoria de produtor representou 38,87% dos R\$ 20.147.000,00 totais obtidos com a lavoura temporária no município de Rio Bonito do Iguçu. Porém, na condição de produtor de proprietário teve uma área colhida de 1.264 ha inferior a área de culturas temporárias colhida pelos assentados, no

entanto, o valor da produção foi de R\$ 2.406.000,00 maior que o valor da produção dos assentados sem titulação definitiva.

Essa informação demonstra que podem estar ocorrendo diferenças na comercialização em decorrência dos canais utilizados ou dos ganhos de escala, distorções no preço praticado na hora da venda, produtos de baixo valor agregado ou de diferenças na qualidade dos produtos entre essas duas condições de produtor. A agricultura familiar tem problemas estruturais que conduzem a esse resultado relativo menor (KAGEYAMA, 2008).

Para ser possível observar a composição dessa categoria apresenta-se o gráfico 07, com as informações dos produtos que compõem a lavoura temporária em Rio Bonito do Iguaçu no ano de 2006. Foram pesquisados 52 produtos no censo, sendo contabilizados e considerados significativos pelo IBGE os dezoito produtos que tem a área colhida representada no gráfico abaixo.

Gráfico 07 – Percentual da área colhida de lavoura temporária por produto, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.



Fonte: IBGE, 2013.

Os produtos que mais se destacaram na área colhida do município de Rio Bonito do Iguçu foram o milho em grão (43,80%), a soja em grão (29,48%), o feijão preto em grão (11,39%) e o milho forrageiro (5,83%).

Em seguida, se analisa a lavoura permanente, que no Censo Agropecuário de 2006 sofreu alterações quanto as unidades de medidas utilizadas conduzindo a um aumento dos componentes dessa variável de vinte para 65 produtos. Outra modificação é referente a ênfase dada a produção que tenha mais de cinquenta pés, esta alteração está mais presente na lavoura permanente. Os dados da área colhida e do valor da produção da lavoura permanente em Rio Bonito do Iguçu estão exposto na tabela 09.

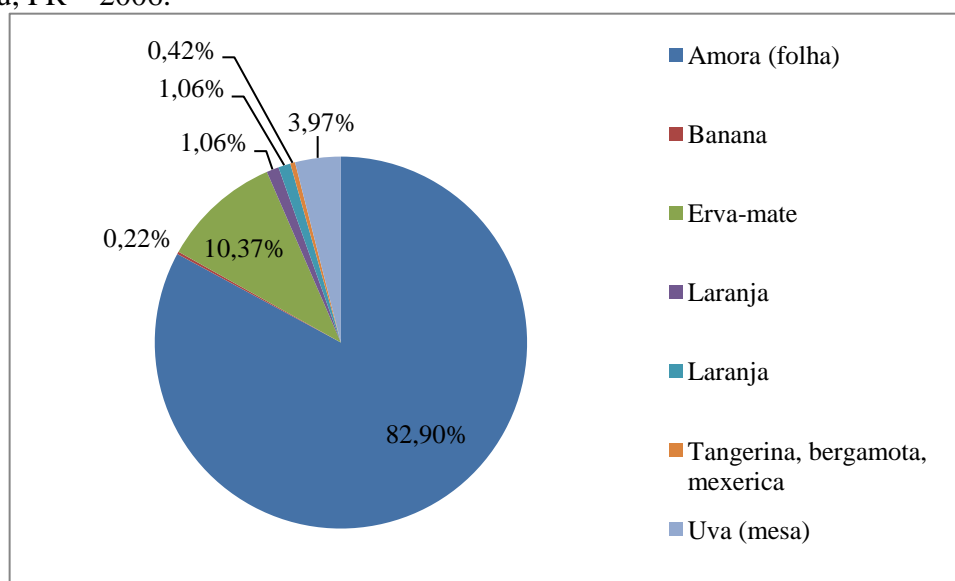
Tabela 09 – Área colhida e valor da produção da lavoura permanente de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 2006.

Condição do produtor	Área colhida (Hectares)	Área colhida	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da produção (Percentual)
Proprietário	5	45,45%	7	77,78%
Assentado sem titulação definitiva	6	54,55%	2	22,22%
Total	11	100%	9	100%

Fonte: IBGE, 2013.

As únicas duas condições de produtor na categoria de lavoura permanente foram as de proprietário e assentado sem titulação definitiva. A área total colhida de lavoura permanente em Rio Bonito do Iguçu foi de 11 ha, sendo desses a maior parte colhida por assentados (54,55%). Entretanto, como no caso da lavoura temporária, o valor da produção dos assentados foi cinco mil reais inferior à produção dos proprietários, que apresentaram área colhida menor. No gráfico 08 estão expostos o percentual de área colhida dos produtos da cultura permanente em 2006 no Rio Bonito do Iguçu.

Gráfico 08 – Percentual da área colhida de lavoura permanente por produto, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.



Fonte: Fonte: IBGE, 2013.

A maior representatividade dentro da lavoura permanente é do cultivo da amora, com a finalidade de obtenção da folha, representando 83%, com a segunda maior representatividade está a erva-mate (10%). Ressalta-se que das 65 variáveis consideradas dentro da lavoura permanente apenas sete foram consideradas significativas em Rio Bonito do Iguaçu pela contagem do Censo. Esse fato é motivado pelo direcionamento da contagem mais focada para propriedades com mais de cinquenta pés da mesma cultura.

Na tabela 10 estão expostos os dados da horticultura no município em 2006, não havendo produção significativa para as condições de produtor arrendatário e parceiro. No Censo de 2006 não foi possível obter dados referentes a quantidade produzida de hortaliças.

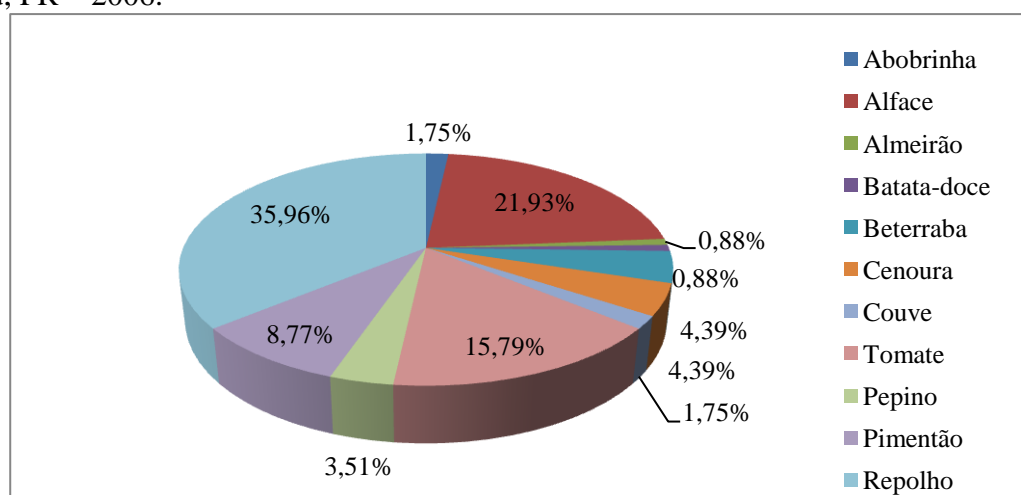
Tabela 10 – Área colhida e valor da produção de horticultura por condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.

Condição do produtor	Área colhida (Hectares)	Área colhida	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da produção
Proprietário	19	51,35%	21	65,63%
Assentado sem titulação definitiva	16	43,25%	9	28,13%
Ocupante	1	2,7%	1	3,12%
Produtor sem área	1	2,7%	1	3,12%
Total	37	100%	32	100%

Fonte: IBGE, 2013.

A categoria com maior produção de hortaliças foi a de proprietário, a qual detém 51,35% da área colhida e representa 65,63% do valor da produção. Os assentados apresentam uma disparidade relativa entre a quantidade plantada e o valor da produção, representando 43,25% da área colhida e apenas 28,13% do valor da produção. A categoria de hortaliças mantém a quantidade de produtos do Censo de 1996. Os resultados referentes ao Censo de 2006, por composição de categoria e de acordo com o tipo de produto agropecuário, estão expostos no gráfico a seguir.

Gráfico 09 – Percentual de quantidade vendida da horticultura por produto, em Rio Bonito do Iguçu, PR – 2006.



Fonte: IBGE, 2013.

Uma consideração que deve ser feita sobre a contagem da horticultura no município em estudo é a indisponibilidade das informações para várias culturas. Estas culturas apresentaram menos de três informantes, sendo desconsiderados na contagem do Censo de 2006. Analisando o gráfico 09 os produtos da horticultura que obtiveram maior quantidade vendida em 2006 foram o repolho (35,96%), a alface (21,93%) e o tomate (15,79%).

Pode-se observar na tabela 11 os dados referentes a produção de leite em Rio Bonito do Iguçu no ano de 2006.

Tabela 11 – Quantidade produzida e valor da produção de leite vaca no ano de acordo com a condição do produtor em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.

Condição do produtor	Produção de leite (Mil litros)	Produção de leite	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da produção
Proprietário	6.029	38,42%	2.419	42,31%
Assentado sem titulação definitiva	8.625	54,97%	2.899	50,69%
Arrendatário	61	0,39%	20	0,35%
Parceiro	48	0,31%	18	0,32%
Ocupante	589	3,75%	237	4,15%
Produtor sem área	339	2,16%	125	2,18%
Total	15.691	100%	5.718	100%

Fonte: IBGE, 2013.

A produção total de leite no município em estudo foi de 15.691.000 de litros no ano de 2006, sendo 54,97% dessa produção é oriunda dos assentados e 38,42% de produtores na condição de proprietários. Com relação ao valor da produção, em 2006, foi de um total de R\$ 5.718.000,00, estando divididas as maiores percentagens dos valores entre assentados e proprietários podendo ser observado um valor relativo menor da produção dos assentados em comparação a quantidade produzida.

A próxima variável analisada é o rebanho de bovinos, aves e suínos de Rio Bonito do Iguaçu em 2006, cujos dados estão expressos na tabela a seguir. Diferentemente de 1996, não foi possível obter a quantidade de cabeças vendidas em decorrência do foco do Censo de 2006, produção animal acima de cinquenta cabeças.

Tabela 12– Número de cabeças do rebanho de bovinos, aves e suínos de acordo com a condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.

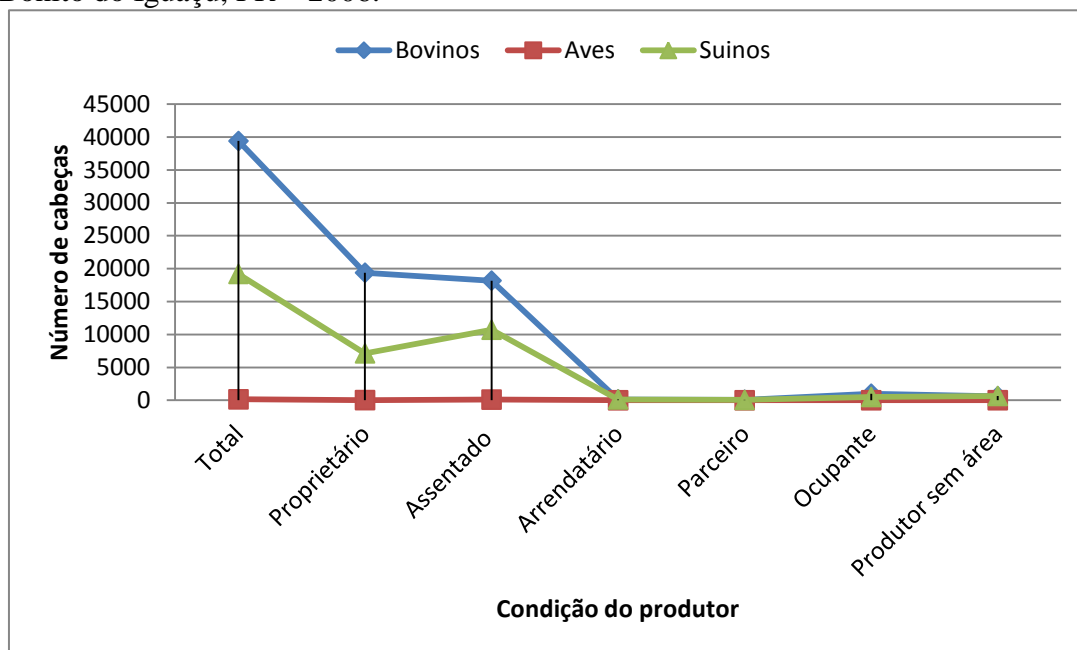
Espécie do rebanho	Número de cabeças (Cabeças)	Número de cabeças
Bovinos	39.396	67,07%
Aves	144	0,25%
Suínos	19.196	32,68%
Total	58.736	100%

Fonte: IBGE, 2013.

No ano de 2006, Rio Bonito do Iguaçu possuía um total de 58.738 cabeças, sendo a maior do rebanho composta por bovinos, com 67,07% do total, seguido pelos suínos com 32,68%. Essa representatividade tão grande dos bovinos pode ser decorrente dos múltiplos

usos do gado, seja para fins de produção leiteira, carne ou trabalho. O gráfico 10 mostra a divisão do rebanho entre as condições do produtor com relação as terras.

Gráfico 10 – Quantidade de cabeças de bovinos, aves e suínos por condição do produtor, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.



Fonte: IBGE, 2013.

Com o gráfico 10, observa-se que os proprietários possuem um número superior de bovinos se comparado a outras categorias e os assentados possuem uma quantidade maior do rebanho de suínos em comparação com as outras condições de produtor. A produção de aves não tem muita representatividade no rebanho efetivo. As duas categorias, proprietários e assentados, são as que apresentam maior representatividade dentro da produção de animais em Rio Bonito do Iguaçu em 2006.

Os dados do Censo de 2006 demonstram uma modificação na dinâmica produtiva do município de Rio Bonito de Iguaçu comparando com o Censo de 1995/1996, sendo que esta alteração tem ligação com as alterações na estrutura fundiária. Em valores monetários a produção mais significativa das variáveis analisadas foi a de lavoura temporária, as demais alterações na situação produtiva são alvo da análise no próximo tópico.

4.2.3 Análise comparativa 1996/2006

A estrutura fundiária de Rio Bonito do Iguaçu teve uma mudança significativa, principalmente no número de estabelecimentos agropecuários, que passou de 756 em

1995/1996 para 2.646 em 2006, variação que é fruto principalmente dos assentamento de reforma agrária. A distribuição da área do município, de acordo com o tamanho dos estabelecimentos, também se alterou de forma significativa. Anteriormente aos PA's, a predominância na área total era de estabelecimentos entre 10.000 e 100.000 ha, após a implementação dos PA's, a predominância passa a ser entre dez e vinte hectares.

Com relação a lavoura temporária, mesmo com as mudanças metodológicas, observa-se uma elevação não muito significativa da área plantada. Porém, houve uma modificação na distribuição da produção entre as categorias de produtores e seus percentuais de participação no valor da produção Sendo que, os assentados nesse cenário, como destacado anteriormente, desempenham um papel importante na produção mesmo demonstrando disfunções com relação a quantidade produzida e o valor da produção.

Na lavoura permanente ocorreram modificações significativas no sentido de redução do valor e da área colhida, resultado das modificações na metodologia do IBGE no Censo de 2006. A produção de hortaliças também sofreu alterações em decorrência das modificações metodológicas, das quais se destaca a contagem de produções em grande volume, apenas com mais de três informantes. Quanto a produção de leite de Rio Bonito do Iguaçu, comparando os dados dos Censos, é possível visualizar uma evolução de 1.561.097 litros em 1995/1996 para 15.691.000 litros/ano em 2006. De forma que em 2006 os assentados são responsáveis por 54,97% dessa produção, porém se obtém um valor de produção de R\$ 2.899.000,00.

Com relação aos rebanhos do município, não se utilizou as mesmas unidades de medidas para analisar os dois períodos, para 1996 estavam disponíveis os dados referentes as cabeças vendidas e, em 2006, estavam a disposição os dados referentes ao rebanho efetivo. Mesmo assim, visualiza-se uma participação significativa dos assentados no número de cabeças dos rebanhos analisados.

Deve-se ressaltar que existem várias modificações tecnológicas que contribuíram para melhoras produtivas na agropecuária, ocorridas entre 1996 e 2006. No entanto, existem limitações para o acesso da agricultura do tipo familiar a esse tipo de tecnologia pela limitação de crédito e estrutura para a adaptação ao modelo tecnológico proposto. O próximo tópico analisado se refere aos indicadores socioeconômicos, os quais permitem dimensionar, através dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, se as modificações visualizadas na agropecuária se estendem a estes indicadores.

4.3. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Na análise dos indicadores, se avalia as modificações de ordem demográfica, renda *per capita*, índice de Gini, porcentagem dos extremamente mais pobres e dos 20% mais ricos, o IDH e seus componentes, a evolução do PIB municipal e o valor agregado a agropecuária.

Os dados demográficos do município estão representados na tabela 13, que ilustra a evolução demográfica dentre os períodos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 13 – População total/rural/ urbana e variação populacional, em Rio Bonito do Iguçu, PR – 1991, 2000 e 2010.

Ano	População Total			População Rural			População Urbana		
	Total	%	Variação	Total	%	Variação	Total	%	Variação
1991	5.770	100	-	5.056	87,63	-	714	12,37	-
2000	13.791	100	139,01%	11.913	86,38	135,61%	1.878	13,62	163,01%
2010	13.661	100	-0,93%	10.339	75,68	-13,20%	3.322	24,32	43,47%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Observando os dados da tabela 13, destaca-se a variação de 139, 01% na população total do município no período de 1991 - 2000, e a redução desse percentual para -0,93% no período de 2000 - 2010. Neste último período ocorreu a criação de um assentamento de 69 famílias no município, que realocou famílias que estavam a espera desde a criação dos PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

Ainda com relação aos dados mostrados na tabela 13, pode-se observar a evolução da população rural e urbana do município. Com relação à variação percentual, percebe-se que a população urbana teve a maior variação observada na demografia, no período de 1991 a 2000 variando 163,01%. No entanto, a população urbana proporcionalmente passou 12,37% para 13,62% da porcentagem do total da população do município. Já a população rural teve uma variação menor que a urbana, 135,61%, porém proporcionalmente representa 87,63% da população em 1991.

No período de 2000 – 2010, existe uma modificação no comportamento demográfico, havendo uma diminuição da população rural de 86,20% em 2000 para 75,68% em 2010. Acompanhada por um aumento da população urbana de 13,62% em 2000 para 24,32% em 2010, sem haver grandes modificações na população total do município (aumento de 0,93%). De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), essa é uma tendência observada no restante do país, a qual indica níveis de urbanização ou diminuição populacional em municípios de menor porte.

O fator motivador do crescimento demográfico identificado em 1991-2000 do município em estudo está relacionado aos assentamentos que ocorreram em 1997/1998. Observou-se que esses assentamentos proporcionaram impacto na produção e na demografia.

Na tabela 14 apresenta-se as informações referentes a renda per capita do município.

Tabela 14 – Renda *per capita* média e variação na renda per capita, no Brasil e em Rio Bonito do Iguaçú, PR – 1991, 2000 e 2010.

Ano	Brasil		Rio Bonito do Iguaçú	
	Renda per capita (Reais)	Variação	Renda per capita (Reais)	Variação
1991	447.56	-	118.37	-
2000	592.46	32,37%	246.86	108,55%
2010	793.87	34%	405.76	64,37%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Observando a tabela 14, percebe-se que no mesmo período de implementação dos assentamentos (1991-2000) ocorreu um aumento significativo na renda *per capita* média do município (108,55%). O aumento observado foi muito superior ao ocorrido no país como um todo no mesmo período, com uma elevação de 32,37%. No período posterior, 2000 a 2010, observa-se um aumento da renda *per capita* novamente maior que a nacional, com a renda *per capita* passando de R\$ 246,86 para R\$ 405,76, porém com um percentual de variação menor que o do período anterior.

Sobre o comportamento da renda *per capita* é importante ressaltar que em 1994, que foi o período com maior variação nesse indicador, ocorreu a implementação do Plano Real, o qual permitiu uma estabilidade preços no país, provocando impactos na produção e distribuição de riqueza do país. Outro ponto de atenção com relação à análise da renda *per capita* é que o aumento da população provoca um aumento no nível de produto gerado no setor produtivo da economia. Assim, o acréscimo demográfico significativo que houve no município de 1991 para 2000 pode ter influenciado no aumento do produto da economia local e no valor médio da distribuição *per capita*.

A seguir encontra-se a tabela 15 que permite visualizar as informações sobre o comportamento do índice de Gini no Brasil e em Rio Bonito do Iguaçú nos períodos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 15 – Índice de Gini no Brasil e em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1991, 2000 e 2010.

Índice de Gini	Brasil	Rio Bonito do Iguaçu
1991	0.63	0.46
2000	0.64	0.59
2010	0.60	0.50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

O índice de Gini de Rio Bonito do Iguaçu em 1991 apresentava um valor de 0,46, o qual demonstra um cenário de concentração de renda, no entanto menor do que o observado no resto do país. Em 2000 o valor do índice se elevou passando para 0,59 diminuindo posteriormente de acordo com os dados de 2010 para 0,50. Os valores nacionais nesse período também aumentaram de 1991 para 2000 (0,63 para 0,64) e diminuíram de 2000 para 2010 (0,64 para 0,60), porém os dois cenários, municipal e nacional, demonstram um nível de concentração de riqueza considerado alto.

Investigando as origens desses resultados, analisa-se outros indicadores de distribuição e de concentração que estão relacionados a quantidade de riqueza que está sendo absorvida pelo 20% mais ricos da população e a porcentagem da população que se caracteriza como extremamente pobres. Essas duas informações estão na tabela 16 que demonstra a quantidade de riqueza apropriada pelos 20% mais ricos e porcentagem da população que está na categoria de extremamente pobres do Brasil e do Rio Bonito do Iguaçu, nos períodos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 16 – Porcentagem de riqueza apropriada pelos 20% mais ricos e porcentagem dos extremamente pobres, no Brasil e em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1991, 2000 e 2010.

Ano	Brasil		Rio Bonito do Iguaçu	
	20% mais ricos	Extremamente pobres	20% mais ricos	Extremamente pobres
1991	67.21%	18.64%	51.16%	42.80%
2000	67.56%	12.48%	63.10%	26.36%
2010	63.40%	6.62%	54.04%	9.67%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Em 1991, observando o caso do Brasil, os 20% mais ricos da população detinham 67,21% da riqueza produzida no país e 18,64% da população localizava-se na categoria de extremamente pobres. Entre 2000 e 2010 a situação pouco se altera, o que se altera nesse período é a porcentagem de extremamente pobres que diminui nos três períodos, passando de 18,64% em 1991 para 6,62% em 2010, indicando a redução da população que vive com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em nível nacional.

Para Rio Bonito do Iguaçu pode-se visualizar uma situação diferente da observada de forma geral no país com relação a concentração da riqueza pelos 20% mais ricos do município. Observa-se que de 1991 para 2000 ocorreu um aumento na concentração em um único extrato da população, esse movimento já pode ser visualizado no comportamento do Índice de Gini que demonstrou aumento da concentração da riqueza entre 1991 e 2000. E assim como o índice de Gini, a concentração de riqueza nos 20% mais ricos da população do Rio Bonito do Iguaçu diminuiu em 2010.

A porcentagem da população que se encontra na faixa de extrema pobreza obteve reduções sensíveis nos períodos analisados, como observado na tabela 16. Entre 1991 e 2000 houve uma variação de -37,78% de um período para outro. A variação é ainda maior se comparado o período de 2000 com 2010, havendo uma variação de -175,59, uma vez que a porcentagem de extremamente pobres diminuiu de 26,36% da população em 2000 para 9,67% em 2010. Segundo Esquerdo (2011), o governo federal no período de 2000 a 2010 empregou políticas governamentais e transferência de renda fortemente ligadas a erradicação da miséria extrema no país, esse fator pode ser um dos geradores dessa redução no número de pessoas que vivem na extrema miséria em Rio Bonito do Iguaçu e no Brasil. Sobre os assentamentos e sua relação com a pobreza, Leite (2010), descreve as debilidades da situação inicial dos assentados e sua condição no início do processo de implementação dos assentamentos.

Essas adversidades iniciais podem ser uma das motivações para que o período de 1991 a 2000 não tenha tido uma redução maior da extrema pobreza no município (em decorrência do estágio inicial dos PA's). Este tema pode ser objeto de pesquisas futuras, analisando os elementos que podem ter contribuído para essa situação de pobreza e relação que pode ter com os PA's do município.

Na tabela 17 podemos observar os dados do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e o municipal (IDHM) no período de 1991, 2000 e 2010

Tabela 17 – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e de Rio Bonito do Iguaçu, PR - 1991, 2000 e 2010.

Variável	1991	2000	2010
IDH Brasil	0.493	0.612	0.727
IDHM Rio Bonito do Iguaçu	0.319	0.466	0.629

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Observando os dados do IDH do Brasil e o índice municipal, é possível verificar que o município apresenta valores menores que os identificados no país, tendo um índice de

desenvolvimento muito baixo nos períodos de 1991 e 2000, e atingindo em 2010 um índice médio. Enquanto no país é possível visualizar uma melhora significativa no IDH, que passa de muito baixo em 1991 para um índice de desenvolvimento médio em 2000, e enquadra-se na categoria de desenvolvimento alto em 2010. Na tabela a seguir podem-se visualizar as informações sobre os componentes do IDHM de Rio Bonito do Iguaçu que permitem entender um pouco mais sobre o comportamento dessa variável no município.

Tabela 18 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/longevidade/renda/ educação, em Rio Bonito do Iguaçu, PR - 1991, 2000 e 2010.

Variável	1991	2000	2010
IDHM Renda	0.433	0.551	0.631
IDHM Longevidade	0.654	0.698	0.792
IDHM Educação	0.115	0.263	0.498

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

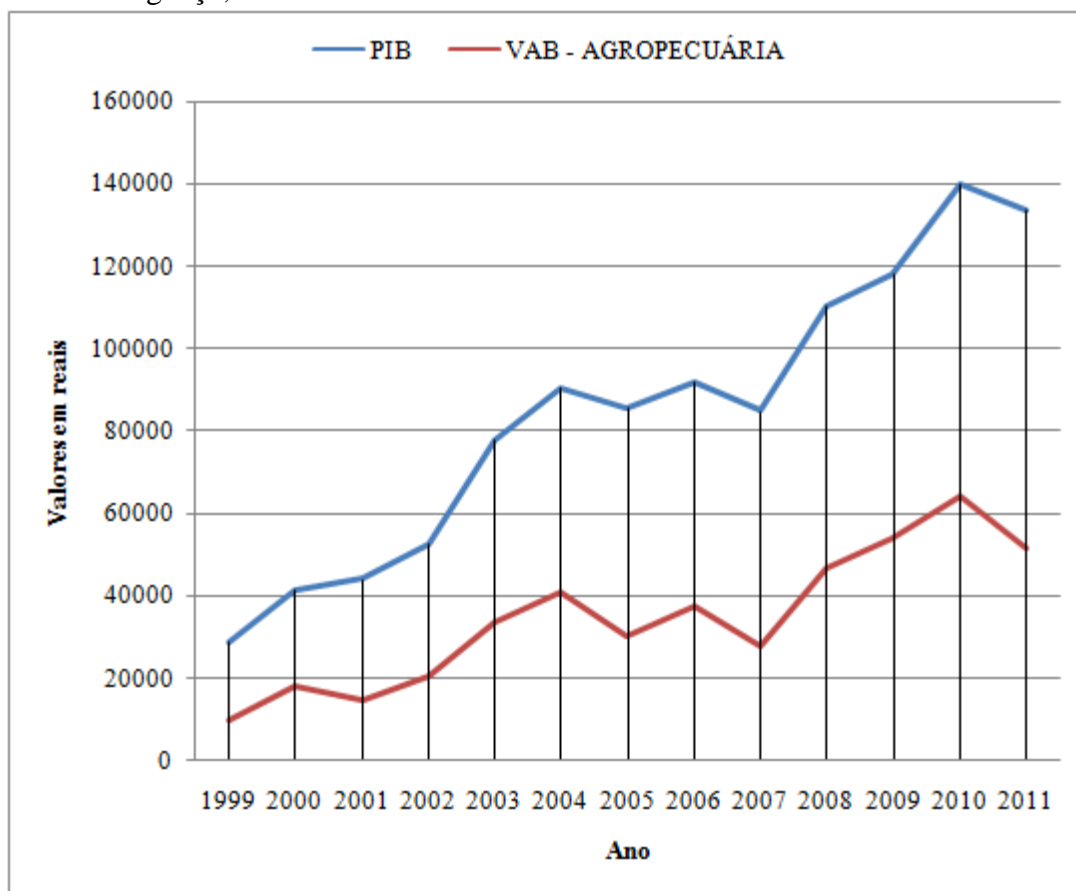
Analisando os componentes do IDHM, iniciando pelo o IDHM da Renda que é formado com base em índices derivados da renda *per capita* média observada no município. Verifica-se uma elevação dos valores nos três períodos avaliados, passando de um índice de desenvolvimento muito baixo para um nível médio em 2010. Essa evolução é fruto das modificações que ocorreram no nível de renda *per capita* média que influenciou o IDHM.

O IDHM longevidade é composto por tratamentos referentes aos dados da esperança ao nascer dos habitantes, e no município de Rio Bonito do Iguaçu possuía valores médios em 1991 e 2000, atingindo um nível de desenvolvimento alto no componente longevidade em 2010.

O IDHM para educação é obtido a partir de índices que derivam da taxa de alfabetização e número médio de anos de estudo. Analisando o índice de desenvolvimento referente a educação, observa-se que este possui a menor dimensão dentro do IDHM se localizado na faixa de desenvolvimento muito baixo nos três períodos analisados. Em 1991, o IDHM de Rio Bonito do Iguaçu para a educação teve um acréscimo de 128,70% se comparado a 2000, e entre 2000 e 2010 apresentou um acréscimo de 89,34%, porém ainda se localiza na faixa de desenvolvimento educacional muito baixo.

Com relação ao PIB municipal e o valor agregado bruto (VAB) da produção agropecuária, podem ser verificados os dados constantes do gráfico 11.

Gráfico 11 – Produto Interno Bruto municipal e valor agregado da agropecuária, em Rio Bonito do Iguazu, PR – 1999 a 2011.



Fonte: IBGE, 2013.

Com esse gráfico pretende-se demonstrar a relação que existe entre o valor agregado bruto da produção agropecuária com a evolução do PIB municipal. A agropecuária acompanha as oscilações do PIB no período observado. Para observar como o município está atualmente com relação ao PIB, em 2011 o produto total do município constituía-se de R\$ 133.446.000,00 tendo um PIB *per capita* de R\$ 9.774,85 por habitante. Na tabela 17 estão expostos os valores referentes ao VAB dos setores em 2011.

Tabela 19 – Valor adicionado bruto a preços correntes para agropecuária indústria e serviços em Rio Bonito do Iguazu, PR – 2011.

Valor adicionado Bruto	Valor (em mil reais)
Agropecuária a preços correntes	51.725
Indústria a preços correntes	11.326
Serviços a preços correntes	65.062

Fonte: IBGE, 2013.

A participação mais alta no valor bruto agregado é referente ao setor de serviços, seguido pela agropecuária e por último a indústria. Com relação a situação do emprego no município, na tabela 17 estão as informações referentes a essa variável no período de 1996 e 2010.

Tabela 20 – Emprego formal com admitidos, desligados e saldo em Rio Bonito do Iguçu, PR – 1996 e 2010.

Variável	1996	2010
Emprego Formal - Admitidos	5	246
Emprego Formal - Desligados	7	154
Emprego Formal - Saldo	-2	92

Fonte: Iparades, 2013.

A situação do emprego formal demonstra uma evolução considerável comparando o período de 1996 e 2010. Todas as variáveis observadas tiveram um desempenho melhor de um período para outro, porém ressalta-se que a maior parte da população trabalha na agricultura na qual são caracterizadas outras relações de trabalho, não expressas pelo emprego formal. De acordo com o Iparades (2013), a população ocupada no município é de 8.102 pessoas, muito superior aos dados do emprego formal. Assim, se percebe uma relação direta entre a geração de emprego e renda com a produção agropecuária no município.

Os indicadores socioeconômicos analisados nessa seção permitem visualizar a melhora que houve em todos os indicadores analisados do município, com exceção do índice de concentração de recursos (índice de Gini e riqueza absorvida pelos 20% mais ricos). Pode-se fazer conexão, pela composição do PIB e as observações sobre o emprego, que as modificações na condição social, no emprego e na renda têm ligação com as modificações ocorridas na estrutura fundiária e agropecuária do município.

As alterações que ocorreram no cenário brasileiro têm influência nas modificações que ocorrem em Rio Bonito do Iguçu. No entanto, a condição socioeconômica do município de forma geral é frágil considerando que, de acordo com os dados do Altas (2013), cerca de 9% da população ainda vivia na extrema miséria em 2010, que o índice de desenvolvimento da educação ainda é muito baixo e que, mesmo com uma melhora significativa, a renda *per capita* média tem valores inferiores ao salário mínimo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a análise de resultados, o indicador econômico de produção, obtido através da análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006, permite observar que os assentamentos geraram efeitos de ordem produtiva mesmo com as disfunções existentes entre os dados dos dois Censos Agropecuários. Porém, existe uma condição de baixa geração de renda relativa no município pelos assentados, fruto da diferença relativa entre a quantidade produzida com o valor obtido na produção.

Esse problema de geração de renda apresenta aspectos estruturais referentes as formas de comercialização, políticas públicas de estruturação e manutenção do setor, infra-estrutura do meio rural entre outros gargalos que não são inerentes apenas a categoria de assentado, mas a agricultura familiar como um todo. Existe uma relação também com problemas conjunturais da economia do país, da situação do município e da formação dos assentamentos, como problemas organizacionais das famílias assentadas e interação com os demais agentes do tecido social.

Com relação aos indicadores socioeconômicos analisados, observa-se uma melhora durante os períodos analisados que pode ser associada as modificações provocadas pelos assentamentos. O crescimento demográfico do município, em decorrência dos PA's, propicia aumento da dinâmica econômica do município e uma modificação das proporções dos habitantes do meio rural. As variáveis relacionadas a renda também se alteram no período analisado, pelas modificações referentes ao emprego e a produção que ocorreram no município.

Porém, mesmo com a ação de reforma agrária realizada no município, a desigualdade e a concentração de renda são visíveis nos índices apresentados, havendo disparidades também quando se observa que a terra ainda possui um considerável grau de concentração. Esse cenário de concentração fundiária e de renda pode ser observado também em nível nacional, o que demonstra que não é algo restrito a Rio Bonito do Iguazu e pode estar sendo influenciado por um comportamento nacional, uma vez que existe um processo histórico de formação de desigualdades regionais. Os processos referentes aos movimentos históricos que conduziram a desigualdades regionais geraram também disparidades entre os setores da economia como pode ser visualizado na relação os diferentes setores dentro da própria agricultura.

Os apontamentos realizados sobre as variáveis socioeconômicas possuem consonância com as teorias expostas que estudam o impacto dos assentamentos nas suas regiões de

instalação. Pela metodologia que adotou-se, disponibilidade dos dados e o objetivo geral do estudo, alguns impactos apontados pelos autores não puderam ser identificados. Como é o caso dos efeitos multiplicadores dos PA's, listados por Leite (2010), sobre a arrecadação governamental, movimentações bancárias, influência sobre aspectos políticos e legais. Também não foi possível verificar a capacidade que as modificações demográficas causadas pelos assentamentos possuem de alterar a cultura e modificar a tecnologia utilizada nas suas regiões de instalação.

Contudo, com as variáveis analisadas é possível verificar a capacidade que a redistribuição fundiária tem de gerar efeitos multiplicadores na região de instalação dos assentamentos, principalmente sobre a renda e a produção. Também é perceptível que ocorreram movimentações do município no sentido de melhora da condição social, porém pelo estágio ainda debilitado quanto ao desenvolvimento, não pode-se afirmar que a contribuição dessa nova população tenha alterado questões políticas e legais profundamente.

Com relação aos impactos ressaltados por Sparovek (2003), os de ordem social relacionados a êxodo rural e a relação entre a população rural-urbana demonstraram uma situação um pouco diferente da sua análise. Inicialmente se observa uma evolução demográfica muito grande sobre a população tanto rural quanto urbana seguido de uma contração da população rural e um aumento no grau de urbanização do município. Não foi possível obter medidas dos efeitos dos assentamentos sobre a preservação da cultura das comunidades rurais e a contribuição deste para o aumento da estabilidade do meio rural, sendo esses temas sugestões para estudos futuros. O aumento da geração de empregos que ocorreu no município é visível, conforme verificado nos dados de emprego formal e também no da população ocupada. Os impactos descritos pelo trabalho de Joseph Stiglitz tem relação com os elementos do cenário geral da economia e da agricultura do país, e que não foram alvo do estudo. Porém, pode-se verificar a confluência com o argumento que o autor utiliza, no sentido de que redistribuição dos fatores pode gerar modificações na eficiência e potencialização dos recursos disponíveis.

Diante dos elementos expostos, o estudo alcançou o objetivo ao qual se propôs, uma vez que com base nos dados analisados observa-se ocorreu uma evolução positiva nos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do Iguaçu. Entretanto, não é possível concluir especificamente se a natureza se é apenas em decorrência dos assentamentos de reforma agrária. As modificações que ocorreram na demografia, produção e no emprego possuem capacidade de gerar efeitos multiplicadores na economia municipal.

A não possibilidade de determinação se os impactos que os assentamentos trouxeram foram positivos ou negativos está relacionada, em parte, a falta de dados que se refiram as áreas de assentamentos, ao processo de reforma agrária e mesmo sobre o meio rural do país de forma geral. O problema em encontrar dados concretos sobre a situação da produção, uso das terras, pessoas que trabalham sobre os lotes entre outros aspectos que teriam papel chave na possibilidade de visualização da eficiência e das debilidades dos assentamentos. De forma geral, as informações secundárias usadas no estudo não permitem retratar a realidade sem distorções, sendo necessário um estudo de caráter mais aprofundado para investigar outros agentes e fatores que possam ter gerado e ser causadores da evolução dos indicadores socioeconômicos de Rio Bonito de Iguazu, em conjunto com os PA's.

Por fim, o trabalho que se realizou tem sua importância ao representar um esforço de colocar um olhar sobre uma questão com várias lacunas de estudo e que como visualizado tem um nível alto de complexidade e um impacto significativo na sociedade. Os assentamentos rurais possuem um papel estratégico na construção de alternativas que visem superar as desigualdades regionais e formar uma proposta diferenciada para o desenvolvimento socioeconômico para o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRA, Associação Brasileira de Reforma Agrária. **O que se entende por reforma agrária.** Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Editorial, n. 5/6, 1976.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo, Hucitec. 1992.

AMBROSIO, Luis Alberto; FASIABEN, Maria Do Carmo Ramos; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Distribuição locacional agropecuária e concentração fundiária na Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi Guaçu e Pardo. In: **46th Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2008, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/138.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Consulta do perfil e variáveis do desenvolvimento por município. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 06 de novembro de 2013.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 06 de novembro de 2013.

BRASIL. LEI, N. 4.504 de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra.** v. 4504, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm> Acesso em: 20 de jun. de 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: **Sociologias**, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003. Disponível em: <<http://educampoparaense.org/site/media/AGRICULTURA%20FAMILIAR%20E%20O%20NOVO%20MUNDO%20RURAL.pdf>> Acesso em: 20 de jul. de 2013.

CASTRO, Moysés Araújo. Importância da agricultura para o desenvolvimento regional. In: **Revista eletrônica da Universidade Estadual do Maranhão.** Nov. 2003. Disponível em: <<http://www.geografia.uema.br/re/2003nov/06agric.htm>> Acesso em: 20 jul. de 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu–Estado do Paraná.** 2011. 295 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/11/ms/estevan.pdf> Acesso em: 25 de jul. de 2013.

CONDETEC. **Cantuquiriguaçu Território Paraná: Estratégia para o desenvolvimento II.** Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009.

CONTERATO, Marcelo Antônio; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Abordagens teóricas recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p.110-152.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque et al. Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas. In: SCHMIDT, Benicio Viero et al (orgs.) **Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 1998.

DORADO Alejandro Jorge, MIRANDA, Evaristo Eduardo. Um Balanço de dez anos da colonização agrícola em Rondônia. In: LEITE, Pedro Sisnando et al. (orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Paralelo**, v. 21, 2000. Disponível em: <http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_reforma_agraria_e_desenvolvim ento_sustentavel.pdf> Acesso 05 de jan. de 2013.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza. Reforma agrária e assentamentos rurais: perspectivas e desafios. In: **Consolidação do desenvolvimento rural – NEAD**, 2011, Brasília. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/381/Vanilde%20Ferreira%20de%20Souza%20Esquerdo%20-%20NEAD%20-%20artigo.pdf>> Acesso em: 21 de mai. de 2013.

FABRINI, João; MARQUES, Djoni Roos. **A espacialização da luta pela terra no Paraná**. Espaço Plural, Ano VIII, n. 16, p. 33-41, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/1453/1183>> Acesso em: 21 de mai. de 2013.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ld/fabrini.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2013.

FAO/PNUD. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Brasília: Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, v. 1, 1992.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômica: de Lao Zi a Robert Lucas**. São Paulo: Atlas 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Assentamentos rurais: territórios do território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná. In: **IV Simposio Internacional de Geografia Agrária**, 2008, Niterói. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca.pdf>> Acesso em: 21 de maio de 2013.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. UFRGS editora, 2005.

FOLHA DE LONDRINA. **Acampamento já reúne 13.276 pessoas/Alimentação de famílias custaria R\$ 190 mil/mês**. Londrina, PR, 14 de jun. 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo:2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUANZIROLI, Carlos E. Reforma Agrária e Globalização da Economia: o caso do Brasil. In: LEITE, Pedro Sisnando et al. (orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Paralelo**, v. 21, 2000. Disponível em: <http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_reforma_agraria_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf> Acesso 05 de jan. de 2013.

GUEDES PINTO, Lucas Pieczarcka. **Reflexões sobre a política agrária brasileira no período de 1964-1994**. Brasília: ABRA, 1995.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/download_orig_file?pageflip_id=8632224> Acesso em: 25 de jul. de 2013.

HUNT, Howard j. Sheman. **Historia do pensamento econômico: uma perspective critica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/1996 e 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>> Acesso em: 06 de novembro de 2013.

_____. **Censo Agropecuário 2006, dados preliminares**. IBGE, Rio de Janeiro, p.1-146, 2007. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>> Acesso em: 06 de novembro de 2013.

_____. **Primeiros dados do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=41> Acesso em: 16 de fev. 2012.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> Acesso em: 19 de jun. de 2013.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>> Acesso em: 25 de novembro de 2013.

JANATA, Natacha Eugênia. **“Juventude que ousa lutar!”: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST**. 2012. 276 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99307/309338.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 de ago. de 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de**

Administração Pública, v. 36, n. 1, p. 51 a 72, 2002. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6427>> Acesso em: 13 agosto de 2013.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso Brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo Henrique; AMARAL, Marcelo Rubens do. **Desigualdades Regionais: Indicadores Socioeconômicos nos Anos 90**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Rio de Janeiro, 1997.

LEAL, Alzira Elaine Melo; SOUZA, Carlos Eduardo Gerzson de. **Construindo o Conhecimento Pela Pesquisa: Orientação Básica para elaboração de trabalhos científicos**. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, Pedro Sisnando et al. (orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Paralelo**, v. 21, 2000. Disponível em:
<http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_reforma_agraria_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf> Acesso 05 de jan. de 2013.

_____. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais**. In: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, 2010, Fortaleza. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_27.pdf> Acesso dia: 21 de mai. de 2013.

LIMA, Romilda De Souza; LAUFFER, Jovilde Girardello. Reforma Agrária no Sudoeste do Paraná: Origem e situação atual do Assentamento Missões. In: **46th Congresso, Julho 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008. Disponível em:
<<http://www.sober.org.br/palestra/9/600.pdf>> Acesso em: 21 de mai. de 2013.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. Indicadores Econômicos. In: **Economia empresarial**. Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, Curitiba:2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular, São Paulo, 2001.

FERREIRA NETO, José Ambrósio; SOUSA, Diego Neves de, CARDOSO et al.. A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 1, p. 153-164, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em:
<<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewArticle/588>> Acesso em: 20 de jul. de 2013.

_____. Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Econômico: Um Estudo sobre o Noroeste de Minas Gerais. In: **47th Congresso, Julho, 2009, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2009.
<<http://www.sober.org.br/palestra/13/741.pdf>> Acesso em: 20 de jul. de 2013.

PIRES, Marco Aurelio. **Diagnóstico sócio-econômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porã e as perspectivas de desenvolvimento local**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7900-diagnostico-socio-economico-de-assentamentos-rurais-na-regiao-de-ponta-pora-e-as-perspectivas-de-desenvolvimento-local.pdf>> Acesso em: 21 de jun. 2013.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU. **Constituinte escolar: buscando desenvolvimento e educação do campo**. Rio Bonito do Iguaçu, 2006.

RIEDL, Mario et al. Reforma Agrária na região Sul. In: SCHMIDT, Benicio MARINO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (Orgs.). **Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. In: **Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/download/215/284> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. In: **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí: ano 1, n. 1, p.45-71, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67/24>. Acesso em 04 de janeiro de 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Laboratório de Ensino a Distância: Florianópolis, 2001.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

STÉDILE, João Pedro; LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1997.

TEÓFILO, Edson; OLINTO, Pedro. Seminário Internacional sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. In: TEÓFILO Edson (org.) et al. **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Distribuicao_riqueza_crescimento_economico.pdf> Acesso em: 25 de jun. de 2013.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VEIGA, José Eli da. Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO Edson (org.) et al. **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Distribuicao_riqueza_crescimento_economico.pdf> Acesso em: 25 de jun. de 2013.